



Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDP
Campus Ministro Reis Velloso – CMRV
Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGPsi
Mestrado Acadêmico em Psicologia



Gizelly de Castro Lopes

Entre as linhas da vida e a arte da pesca:

**Cartografia de processos de subjetivação e corpovivências das
mulheres marisqueiras**

**Parnaíba-PI
2024**

Gizelly de Castro Lopes

**Entre as linhas da vida e a arte da pesca:
Cartografia de processos de subjetivação e corpovivências das
mulheres marisqueiras**

Dissertação de Mestrado apresentado à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGPsi da Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Vladimir Félix da Silva.

**Parnaíba-PI
2024**

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Delta do Parnaíba

L864e Lopes, Gizelly de Castro
 Entre as linhas da vida e a arte da pesca: cartografia de processos de
 subjetivação e corpovivências das mulheres marisqueiras [recurso
 eletrônico] / Gizelly de Castro Lopes. – 2024.
 114 p.

 Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do
 Delta do Parnaíba, 2024.
 Orientação: Prof. Dr. Antônio Vladimir Félix da Silva.

 1. Marisqueiras. 2. Pesca artesanal. 3. Luta e resistência. 4. Processos
 de subjetivação. I. Silva, Antônio Vladimir Félix da. II. Título.

CDD: 150


Gizelly de Castro Lopes

**Entre as linhas da vida e a arte da pesca:
Cartografia de processos de subjetivação e corpovivências
das mulheres marisqueiras**


Dissertação de Mestrado apresentado à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGPsi da Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Aprovada em: 17/06/2024


Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 ANTONIO VLADIMIR FELIX DA SILVA
Data: 01/08/2024 22:39:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Antônio Vladimir Felix da Silva
Presidente (Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr)

Documento assinado digitalmente
 MARCOS RIBEIRO MESQUITA
Data: 05/08/2024 17:37:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcos Ribeiro Mesquita
Membro Interno (Universidade do Delta do Parnaíba – UFDPAr)

Documento assinado digitalmente
 ANA KALLINY DE SOUSA SEVERO
Data: 06/08/2024 09:22:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Ana Kalliny de Sousa Severo
Membra Externa (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN)

Dedico esta dissertação às mulheres das águas.

Agradecimentos

Agradeço aos meus sonhos, a minha coragem de sonhar e pela minha gente, que apesar das dificuldades durante este percurso, eu não estava sozinha e tenho muito a agradecer.

Agradeço ao Pai Celestial e aos meus guias espirituais, pela proteção e por me ajudar a cumprir mais um sonho.

Agradeço as mulheres que vieram antes de mim e que repassaram seus saberes artísticos para novas gerações, tornando-me artífice e sem saber plantaram sementes para eu ser pesquisadora de nossas raízes.

A minha mãe, Dinha de Castro, que sempre esteve do meu lado e cheia de orgulho das minhas conquistas.

Ao meu avô Jonas Castro pelas horas de conversas, pela confiança ao contar sua história, pelos apertos de mãos, pelos abraços e pelos sorrisos no rosto quando me vê.

As marisqueiras/pesquisadoras artesanais, Dona Luiza, Kátia, Claudilene, Francisca, Elizete, Tereza, Edna, Célia, Vera, Lia, Natália, Socorro, Oneide, Rita, Roselena, Joelma, Maria dos Navegantes, cada linha desta escrita é tecida por elas, agradeço também pelos encontros, saberes e amizades.

A Articulação Nacional de Pescadoras e ao Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais por permitirem a minha participação nos encontros e pela confiança e acolhida.

Ao meu orientador Professor Dr. ° Antônio Vladimir Félix da Silva, pela inspiração, por acreditar na minha potencialidade e por não desistir de mim, sempre me apoiando e me mostrando que é possível. Agradeço pelas orientações, pelos encontros, cafés, risos e amizade.

A minha leitora externa Professora Dr^a. Ana Kalliny de Sousa Severo e ao meu leitor interno Professor Dr. Marcos Ribeiro Mesquitas pela disponibilidade, pelas contribuições, pela sensibilidade, cuidado e afetos.

Aos meus colegas de mestrado, em especial Andressa Ramalho e Rafael Pinheiro, por compartilharmos mais do que conhecimentos acadêmicos, mas sonhos, medos e alegrias. Vocês foram incríveis nesta caminhada.

Ao meu companheiro Henrique, que vibra e comemora comigo as vitórias, por não soltar a minha mão, pela compreensão e por sempre me apoiar.

A minha melhor amiga Aline Carvalho, pela força e confiança, por me fazer sentir única e admirável, por acreditar nos meus sonhos, por ser essa pessoa que sempre penso em contar e por ser a guardiã dos meus arcanos; e as minhas amigas-irmãs, Dayana, Moniquinha, Mônica, Karina, Jossane e Jussara, que sempre fazem dos nossos encontros serem os melhores.

Aos meus três peludos, Capitolina, Totoro e Fiel (*in memoriam*), são minhas saudades quando estou longe e minhas alegrias quando chego em casa.

Agradeço a Mãe Terra, por ser a vida que existe em nós.

Estas linhas são tecidas pela coletividade, através de uma rede de apoio e amor que permeia em cada página, em cada palavra. A todos, todas e todes que

fazem parte deste tear de conexões e afetos, meu mais sincero obrigada. Que este gesto de gratidão ressoe além das páginas desta cartografia, mas possa possibilitar novos encontros e outros fios de amizades e abraços.

Maria, Maria é um dom, uma certa magia

Uma força que nos alerta

Uma mulher que merece viver e amar

Como outra qualquer do planeta

Maria, Maria é o som, é a cor, é o suor

É a dose mais forte e lenta

De uma gente que ri quando deve chorar

E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força, é preciso ter raça

É preciso ter gana sempre

Quem traz no corpo a marca

Maria, Maria mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça

É preciso ter sonho sempre

Quem traz na pele essa marca

Possui a estranha mania de ter fé na vida

Milton Nascimento & Fernando Brant

RESUMO

Introdução: O presente estudo percorre por entre linhas que se entrelaçam na linha da vida, da pesca artesanal e do crochê, que tecem modos de vida das mulheres pescadoras artesanais/marisqueiras. As comunidades tradicionais de pesca e mariscagem, historicamente, tiveram e têm seus modos de vida e existência negligenciados pelo Estado e ameaçados pelos grandes empreendimentos econômicos que invadem e exploram seus territórios e suas águas, impossibilitando o livre acesso às áreas tradicionais e interferindo na dinâmica das vidas humanas, não humanas e mais que humanas. Nos últimos anos, com o avanço global do capitalismo, intensificaram-se os conflitos ambientais e as políticas de morte contra as comunidades tradicionais, corroborados pela flexibilização das leis ambientais e trabalhistas (Félix-Silva, Oliveira & Bezerra, 2021). Diante desse cenário, historicamente, existe um movimento de luta e resistência contra as políticas de desenvolvimento em detrimento da vida, cultura e trabalho das comunidades tradicionais pesqueiras. A frente dessas lutas, destacam-se as mulheres que criaram, em 2005, a Articulação Nacional das Pescadoras Artesanais (ANP) e impulsionaram, ao lado dos homens, o surgimento do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), em 2010. São as mulheres que protagonizam a participação junto ao Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) e formam lideranças em movimentos sociais pesqueiros contra as diferentes formas de violências enfrentadas por pescadoras e pescadores artesanais e em defesa dos territórios tradicionais pesqueiros, além de lutar em prol dos direitos trabalhistas e previdenciários, reconhecimento das doenças ocupacionais e da valorização das mulheres na pesca artesanal (Félix-Silva et al., 2021). Nestas linhas, realizamos diálogos com Suely Rolnik, Silva Federici, Maria Lugones, Margareth Rago, Judith Butler, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari e outros autores e autoras para acompanhar as corpovivências e os processos de subjetivação das mulheres das águas que estão emaranhados por múltiplas linhas e marcados por lógicas de sujeição que coexistem com modos de resistência. Temos, neste estudo, como **Objetivo:** Geral cartografar processos de subjetivação e corpovivências de mulheres marisqueiras. E específicos: a) acompanhar as múltiplas linhas da vida das mulheres das águas a partir da sua relação com a arte, a vida e o trabalho artesanal da pesca; b) mapear as narrativas das marisqueiras acerca de seus modos de viver da pesca artesanal; e c) analisar processos de subjetivação, sujeição e resistência das catadoras de marisco. **Método:** Trata-se de uma cartografia de processos de subjetivação e corpovivências, que nos permite acompanhar os movimentos das mulheres marisqueiras no território e os processos de subjetivação articulados à arte e ao trabalho extrativista da pesca artesanal, reconhecendo e analisando os atravessamentos de gênero, raça e classe. Esta cartografia foi realizada com 17 marisqueiras da Ilha Grande - Piauí, a partir de seis encontros virtuais pela plataforma *Google Meet* e nove encontros presenciais, entre 14 de maio de 2021 e 08 de junho de 2023, perfazendo um total de 15 encontros. Para acompanhar os processos de subjetivação e mapear as corpovivências das mulheres marisqueiras, por meio da oralidade, foram utilizados, nos encontros remotos, objetos relacionais da arte, ora confeccionados pelas marisqueiras, ora selecionados pelos pesquisadores a partir de temas geradores extraídos do território tradicional pesqueiro, bem como participamos de encontros presenciais realizados pelo núcleo de estudo e pesquisa Tenda de Artes e Educação em Saúde (TeArES), ANP e MPP. As narrativas das mulheres foram gravadas, transcritas e registradas nos diários cartográficos. Para a análise dos processos de subjetivação que emergiram das linhas de pesca e das corpovivências cartografadas, recorreremos às concepções de subjetividade e processos de subjetivação da esquizonálise e a conceitos de autoras e autores que pensam a produção de subjetividade colonial-capitalística na contemporaneidade. Os **resultados** mostram: Na Ilha Grande, as marisqueiras compõem e assumem cargo de direção na Associação de Catadores de Marisco

da Ilha Grande, proporcionando discussões sobre a mariscagem, compartilham com a comunidade sobre a vida nas águas, cuidam de si e dos outros, além de lutar pela preservação do meio ambiente em torno da reprodução dos bens comuns: vida, educação, culinária, agricultura familiar, trabalho artesanal da pesca e território das águas. As corpovivências narradas pelas marisqueiras apontam a percepção de si no âmbito da pesca, nas tarefas domésticas, no cuidado com membros da família e com a comunidade; multiplicidade do corpo-território, sobrecarga de trabalho ao desenvolver várias funções ao mesmo tempo durante a mariscagem, além de sua presença na confecção dos materiais para pesca, no manuseio, no preparo e na venda dos seus produtos. Percebemos a determinação e coragem no enfrentamento dos desafios no território das águas, por outro lado, demonstram preocupação com atenção à saúde, uma vez que os serviços especializados são distantes do território e não contemplam as demandas das mulheres das águas. Apontam a confiabilidade na união entre elas para manutenção da vida, minimização dos conflitos e fortalecimento da comunidade, e apesar dos desafios que comunidades tradicionais pesqueiras estão vulneráveis, mantêm viva as práticas tradicionais e o cuidado de si para garantir o cuidado do mundo.

Palavras-chave: Marisqueiras; Pesca artesanal; Luta e Resistência; Processos de subjetivação.

ABSTRACT

Introduction: The present study goes through lines that intertwine in the line of life, artisanal fishing and crochet, which weave the way of life of women artisanal fishermen/shellfish gatherers. Traditional fishing and shellfishing communities, historically, had and still have their way of life and existence neglected by the State and threatened by large economic enterprises that invade and exploit their territories and waters, making free access to traditional areas impossible and interfering in the dynamics of human, non-human and more-than-human lives. In recent years, with the global advance of capitalism, environmental conflicts and death policies against traditional communities have intensified, corroborated by the relaxation of environmental and labor laws (Félix-Silva, Oliveira & Bezerra, 2021). Given this scenario, historically, there is a movement of struggle and resistance against development policies to the detriment of the life, culture and work of traditional fishing communities. At the forefront of these struggles, the women who created, in 2005, the Articulação Nacional de Pescadoras (ANP) and promoted, alongside men, the emergence of the Movimento de Pescador e Pescadoras Artesanais (MPP), in 2010. They are women who participate in the Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) and form leaders in fishing social movements against different forms of violence faced by artisanal fishermen and fishermen and in defense of traditional fishing territories, in addition to fighting for labor rights and social security, recognition of occupational diseases and the appreciation of women in artisanal fishing (Félix-Silva et al., 2021). Along these lines, we carried out a dialogue with Suely Rolnik, Silva Federici, Maria Lugones, Margareth Rago, Judith Butler, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari and other authors to follow the corporeal experiences and subjectivation processes of water women who are entangled along multiple lines and marked by logics of subjection that coexist with modes of resistance. In this study, our **General Objective** is to map processes of subjectivation and corporeal experiences of women shellfish gatherers. And specific: a) follow the multiple lines of life of water women based on their relationship with the art, life and artisanal work of fishing; b) map the narratives of shellfish gatherers about their ways of living from artisanal fishing; and c) analyze processes of subjectivation, subjection and resistance of shellfish collectors. **Method:** This is a cartography of subjectivation processes and corporeal experiences, which allows us to follow the movements of women shellfish gatherers in the territory and the subjectivation processes linked to the art and extractive work of artisanal fishing, recognizing and analyzing gender crossings, race and class. This cartography was carried out with 17 seafood restaurants from Ilha Grande - Piauí, based on six virtual meetings via the Google Meet platform and nine in-person meetings, between May 14, 2021 and June 8, 2023, making a total of 15 meetings. To follow the processes of subjectivation and map the experiences of women shellfish gatherers, through orality, relational art objects were used in remote meetings, sometimes made by shellfish gatherers, sometimes selected by researchers based on generating themes extracted from the traditional fishing territory, as well as participating in face-to-face meetings held by the study and research center Tenda de Artes e Educação em Saúde (TeArES), ANP and MPP. The women's narratives were recorded, transcribed and recorded in cartographic diaries. To analyze the subjectivation processes that emerged from fishing lines and mapped experiences, we resorted to conceptions of subjectivity and subjectivation processes from schizonanalysis and concepts from authors who think about the production of colonial-capitalistic subjectivity in contemporary times. **The results** show: On Ilha Grande, shellfish gatherers form and take on management roles in the Associação de Catadores de Marisco da Ilha Grande, providing discussions about shellfish gathering, sharing with the community about life in the waters, taking care of themselves and others, in addition to to fight for the preservation of the environment around the reproduction of common goods: life, education,

cooking, family farming, artisanal fishing work and water territory. The experiences narrated by the shellfish gatherers point to their perception of themselves in the context of fishing, domestic tasks, caring for family members and the community; multiplicity of the body-territory, work overload when carrying out several functions at the same time during seafood gathering, in addition to its presence in the production of fishing materials, handling, preparation and sale of its products. We noticed the determination and courage in facing the challenges in the water territory, on the other hand, they demonstrated concern about health care, since specialized services are far from the territory and do not address the demands of water women. They point out the reliability of the union between them to maintain life, minimize conflicts and strengthen the community, and despite the challenges that traditional fishing communities are vulnerable to, they keep traditional practices and self-care alive to ensure care for the world.

Key words: Shellfish gatherers; Artisanal fishing; Fight and Resistance; Subjectivation processes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mariscagem.....	35
Figura 2 – Pescadoras artesanais no Encontro Estadual da ANP no Piauí	50
Figura 3 – Encontro Estadual de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Piauí.....	52
Figura 4 – Associação de Catadores de Marisco da Ilha Grande.....	53
Figura 5 – Texto de Eliete Paraguassu	56
Figura 6 – Mulheres mariscando	63
Figura 7 – Cozimento do marisco	64
Figura 8 – Retirada do marisco da casca.....	64
Figura 9 – Desigualdade.....	65
Figura 10 – Círculo de cultura com as marisqueiras, professores e estudantes do curso de medicina e do PPGPsi da UFDPAr	73
Figura 11 – Mulher Indígena.....	74
Figura 12 – Desafios das comunidades tradicionais pesqueiras da planície litorânea do Piauí.....	78
Figura 13 – Corpo-território.....	85
Figura 14 – Linhas	87
Figura 15 – Landuá	90
Figura 16 – Varada de rede em crochê.....	90
Figura 17 – Arte da cartógrafa	90
Figura 18 – Confeção de máscara durante a pandemia da COVID- 9	95
Figura 19 – Tarrafa em construção apresentada pela marisqueira	97

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 -- Descrição dos encontros <i>online</i> cartografados	35
Quadro 2 – Descrição dos encontros presenciais cartografados	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP	Articulação Nacional das Pescadoras
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CnesWeb	Cadastro de Estabelecimento de Saúde
COVID- 19	Coronavírus disease 19 (doença do coronavírus 19)
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CTs	Comunidades Terapêuticas
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LER	Lesão por esforço repetitivo
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MONAPE	Movimento Nacional dos Pescadores
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPP	Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais
MS	Ministério da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Projeto de Emenda à Constituição
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PPGpsi	Programa de Pós-graduação em Psicologia
PS	Posto de Saúde
PTI	Púrpura Trombocitopenia Idiopática
Raps	Rede de Atenção Psicossocial

RD	Redução de Danos
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira
SAP	Secretaria de Aquicultura e Pesca
SARS-CoV-2	Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2
SEAP – PR	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República
SisRGP	Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira
SUS	Sistema Único de Saúde
TeArES	Tenda de Arte e Educação em Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFDFPar	Universidade Federal do Delta do Parnaíba

SUMÁRIO

1. Nas linhas da vida	17
2. Primeira linha: Caminhos e encontros	28
2.1 Linhas dos encontros	34
3. Segunda Linhas: Luta e resistência das mulheres das águas.....	43
3.1 Movimentos das lutas do femismo na pesca artesanal	46
4. Terceira linha: Cartografia do trabalho de reprodução da vida na pesca artesanal	55
5. Quarta linha: Corpovivências das marisqueiras	63
6. Quinta linha: Cartografia do Bem Viver das marisqueiras	71
6.1 As implicações do bem-estar na saúde das comunidades tradicionais pesqueiras..	76
7. Sexta linha: Cartografia das linhas da arte e da pesca artesanal	87
Linhas sem fim	100
Referências	104

1. Nas linhas da vida

Escrevo estas linhas para falar das linhas que contam as histórias de mulheres do mar e do território das águas. Linhas que estão presentes na minha ancestralidade e na vida das pescadoras artesanais que tecem suas lutas, resistência e invenção e traçam em fios desejos difundidos no corpo. Mulheres que assinam sua forma de existir também em bordados, tricôs, rendas, crochês, costuras, redes de pesca, cofos, tarrafas, landuás e outros artefatos da pesca artesanal.

Observo esses fios de cores e entrelaços e fico a pensar o que aqueles laços carregam, quais momentos foram tecidos, quais manifestações estão guardadas nos emaranhados de construção e desconstrução. Pois, como a vida, a arte com linha é um processo de fazer, desfazer e refazer. Traz em seu percurso uma reflexão de reconstrução permanente. Ao criar entre linhas, nós mulheres podemos simplesmente mergulhar e deixar fluir ou, em certo momento, desmanchar e recomeçar após percebermos algum erro ou que não era isso que queríamos.

E aqui vou puxar os primeiros fios para escrever as linhas que me atravessam e me transformam todos os dias. Sou neta de pescadores, filha de piauienses que foram para o Sudeste nos anos 80 em busca de melhores condições de vida. Sem grandes conquistas, meu pai e minha mãe retornam ao Piauí, residindo na cidade de Parnaíba. Não tão longe dali meus avós maternos moravam no povoado de Cajueiro da Praia, na época, pertencente ao município de Luiz Correia-PI. As férias escolares, eu sempre ia passar na casa desses meus avós. Lembro que não havia água encanada e nem energia, então muita coisa acontecia durante o dia, antes do pôr do Sol e ao anoitecer, o som do vento e do mar invadiam a casa. Se eu fecho os olhos consigo lembrar do aroma do peixe preparado pela minha avó para o jantar antes de escurecer e no fim da tarde a brisa do mar misturado com cheiro da lamparina que queimava como incenso até eu adormecer.

Passaram-se três anos e no ano de 1992, diante da dificuldade financeira, meus pais decidem ir embora novamente. Dessa vez embarcamos para cidade de Campo Grande - Mato Grosso do Sul, por lá ficamos mais cinco anos. Durante esses anos distantes, não tive contato com meus avôs, por essa razão sinto que deixei para trás uma parte muito importante da minha vida. Digo isso, não apenas para manter uma relação próxima, mas para conhecer minha ancestralidade, suas histórias, entender mais sobre a vida no mar, os desafios, a luta e a resistência dos pescadores e pescadoras artesanais.

Poucas coisas mudaram e outras não deram certas e por conta disso no ano de 1996 retornamos para Parnaíba mais uma vez. Assim como antes, ia passar as férias na casa dos meus avôs. Mas algo mudou, Cajueiro da Praia recebeu título de cidade e, diferente das outras vezes, tinha energia, água encanada e com elas as tecnologias, novas formas de vida, presença de estrangeiros e novos empreendimentos.

Quando terminei o ensino fundamental, minhas idas ao Cajueiro da Praia ficaram mais raras. Mas toda vez que eu ia me surpreendia com o novo cenário; antes, o chamado desenvolvimento era lento; agora, caminhava mais rápido e assustador. Novas pousadas, novos esportes, invasão de território, derrubadas de pesqueiras, construções inadequadas, ameaças às vidas humanas e não humanas.

Nos últimos anos, dediquei horas escutando meu avô a relatar sobre sua história com o mar e sua luta contra as artimanhas dos dispositivos econômicos. Ele traz em sua fala os conflitos das disputas de terra e que, por diversas vezes, representantes de grandes empresas chegaram com documentação de posse do espaço que ocupou a vida inteira, mas ele também conta como sobreviveu a tudo isso e apesar de todo adoecimento gerado e da transformação ambiental, social e da subjetividade, ele ainda sobrevive e continua lutando pela comunidade pesqueira como a *Árvore do Amor*, citada por Ana Maria Gonçalves (2019) ao falar da insistência de uma planta que continuou gerando folhas e galhos no seu tronco, mesmo depois

de ser envenenada por uma veranista insensível. Mas sabemos que não é uma tarefa fácil, pois toda nossa forma de existir e insistir é atravessada constantemente por essas forças dominantes, pois elas não agem apenas no território, mas no corpo e no futuro da população (Mbembe, 2021). Elas agem também sobre nosso passado, pois no território estão as memórias de nossa ancestralidade.

Minha avó, por sua vez, nunca teve seu trabalho reconhecido como pescadora, pois o trabalho desenvolvido por ela, assim como por outras mulheres na pesca não recebe valorização do poder público e da sociedade. Contudo, o trabalho da mulher na pesca percorre diferentes espaços que vão desde a confecção de materiais para pesca até a captura de peixes em alto mar. As atividades pesqueiras desenvolvidas na terra são ignoradas como parte fundamental da pesca e, às vezes, são confundidas como simples “ajuda” no serviço dos homens, consequência dessa relação errônea e da força governamental.

Em função da ocupação com essas atividades, as mulheres sofrem ameaças de corte do cadastro do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), realizado pelas colônias de pescadores, gerando perda de direitos (Goes & Cordeiro, 2018). Isto ficou bem evidenciado, durante a gestão do governo Bolsonaro (2019-2022), quando por meio da Portaria SAP/MAPA nº 265 de 29 de junho de 2021, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAP) estabeleceram critérios e normas para informatização de dados pelo Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira (SisRGP), sem criar condições para que as Colônias de Pescadores pudessem executar tal tarefa.

No início do governo Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2023, foi recriado o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), com três secretarias nacionais: aquicultura, pesca industrial e pesca artesanal. O novo ministro, André de Paula, assumiu a pasta no mês de janeiro e, em seu discurso, enalteceu a importância de diretrizes governamentais direcionadas

à amplificação de recursos financeiros e ao respaldo aos pescadores artesanais. A referida pasta ministerial havia sido extinta no ano de 2015 e, sob a liderança do governo de Jair Bolsonaro, estava enquadrada como uma secretaria (Carta Capital, 2023).

À frente da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal, está o professor Cristiano Wellington Noberto Ramalho, doutor em Ciências Sociais. Ele havia sido indicado pelo MPP e integrado a coordenação do grupo técnico de Pesca, durante o período de transição para o novo governo. Dentre as pessoas que compõem a equipe, estão Eliete Paraguassu, marisqueira do Bahia, Maninha e Martilene, pescadoras artesanais do Ceará.

Como é de conhecimento de todas, de todos e todes, na gestão do governo anterior, houve total descaso do poder público com as instituições e com a população, e uma ampliação das políticas de morte, principalmente, contra povos periféricos e comunidades tradicionais. As comunidades tradicionais pesqueiras, assim como as comunidades indígenas e quilombolas, estabelecem práticas comunitária e familiar e usam de métodos ancestrais de trabalho passados por gerações e, em geral, de baixo impacto na natureza. Contudo, preservar essas vidas nunca foi objetivo da soberania do Estado e do capital. Essas comunidades vêm sobrevivendo aos efeitos das agressões socioambientais e das implicações psicossociais causadas por políticas de Estado e sua governamentalidade que visam à manutenção das máquinas capitalísticas e a captura da subjetividade, excluindo diferentes formas de vida e o viver em comunidade.

A concepção de governamentalidade de Michel Foucault (1979) mostra a existência de relações de poder difusas na sociedade e dominação do Estado nessas comunidades. Segundo Foucault (1979), a governamentalidade se refere ao conjunto de práticas, técnicas e discursos utilizados pelas instituições do Estado e da sociedade para governar e controlar a população. Historicamente, o Estado brasileiro não tem reconhecido a importância das comunidades e o valor de suas práticas tradicionais, pois seus modos de vida não se enquadram nos padrões e

nas exigências do modelo de desenvolvimento econômico vigente. Essas comunidades são segregadas e suas formas de vida são ignoradas e desvalorizadas, o que resulta em um processo de invisibilização e exclusão social.

A partir da genealogia do Estado racial (Foucault, 2010), o sistema moderno de dominação e exclusão é estruturado com base em critérios raciais, por meio dos quais, ainda hoje, as comunidades tradicionais pesqueiras, indígenas e quilombolas são consideradas inferiores e subalternas. Nesse contexto, a soberania do Estado, por um lado, inclui as comunidades tradicionais pesqueiras na Política Nacional de Saúde Integral dos Povos do Campo, da Floresta e das Águas (Brasil, 2013), mas, por outro lado, na prática, evidencia a exclusão de políticas sociais e econômicas que possam garantir a proteção das comunidades tradicionais pesqueiras, diante de problemas relacionados com doenças ocupacionais e acidentes de trabalho no mundo da pesca artesanal, e de problemas socioambientais, como no caso do derramamento de petróleo, em contextos nos quais as famílias tiveram seu modo de vida afetado e sua economia de subsistência prejudicada e, até hoje, o Estado não conseguiu dar respostas sobre as causas do acontecimento, tampouco atender às demandas de pescadores e pescadoras artesanais oriundas desse crime.

No mês de outubro de 2022, novos vestígios de petróleo cru voltaram a assombrar o litoral piauiense. Somente naquele ano, foram encontrados vestígios nas praias do município de Cajueiro da Praia, Parnaíba e Luiz Correia. Desde o ano de 2021, casos semelhantes apareceram em outras áreas ao Nordeste do Brasil. Em nota, a Marinha do Brasil afirma que esses novos vestígios são de um novo incidente e não têm relação com as manchas que sugeriram na costa da região em 2019 (G1, 2022).

Após um longo período de enfrentamento de derramamento de petróleo na costa brasileira, principalmente no litoral nordestino, ocorrido no segundo semestre de 2019, as pescadoras e pescadores artesanais enfrentaram uma nova problemática, com a chegada do

novo coronavírus, *SARS-CoV-2* (Síndrome Respiratória Aguda Grave), no ano de 2020, ao Brasil. O isolamento social impactou na economia de produção familiar, na segurança alimentar, na saúde das comunidades, além do abandono dos poderes político na construção de práticas que pudessem garantir a sobrevivência das pessoas e o combate do avanço da pandemia nos territórios tradicionais pesqueiros (Félix-Silva, Gomes et al., 2021); tal abandono tem a ver com o que Mbembe (2021) vai chamar de brutalismo. Para esse autor, o brutalismo atua como força geomórfica, deformando ambientalmente e transformando nosso modo de vida e de se relacionar. De fato, todo esse transtorno faz parte desses fraturamentos e fissuração causados nas vidas humanas, resultando em esgotamento físico, mal-estar, adoecimento e perdas irreversíveis.

Nesse sentido, durante a pandemia da COVID- 19, causada pelo vírus *SARS-CoV-2*, que chegou ao Brasil em fevereiro de 2020, tornou-se evidente o abandono do Estado em relação as comunidades tradicionais, agravando as desigualdades sociais e ampliando a ausência de medidas efetivas e específicas para proteger a saúde dos povos tradicionais. De acordo com Mondardo (2020), durante o período da pandemia, os discursos e as políticas adotadas pelo governo brasileiro, caracterizaram-se por uma crescente ameaça aos povos tradicionais. O cenário político foi marcado pelo favorecimento de medidas de cunho liberal que privilegiam setores do agronegócio, as mineradoras e as propriedades rentistas, que contribuíram para a expropriação dos territórios ancestrais, desmatamento, queimadas criminosas, conflitos e disputas territoriais, além do agravamento da fome, do acesso água potável, educação e de serviço básico de saúde nos territórios.

Nesse sentido, diante do cenário pandêmico, percebemos que a atenção e o cuidado a saúde ficaram mais restrito aos povos tradicionais. No caso do meu avô, que foi obrigado a ficar sozinho em casa, sem poder receber visitas e sem entender muito do que estava acontecendo, teve que enfrentar dificuldades no acesso as políticas de saúde. Apesar da idade

e do compromisso que ele teve com a sociedade a vida toda, ficou evidente a ausência da atenção e cuidado da saúde do idoso, a inexistência da prioridade na vacina e de profissionais para atender a população da pesca artesanal da comunidade do Cajueiro da Praia, realidade também comum às comunidades pesqueiras da Pedra do Sal (Parnaíba) e do município de Ilha Grande e Luís Correia.

Sou psicóloga; durante minha graduação na Universidade Federal do Piauí (UFPI), a formação acadêmica era distante das dinâmicas e desafios enfrentados pelas comunidades tradicionais. As discussões em sala de aula não abordavam temas como atuação da(o) psicóloga(o) no contexto da pesca artesanal, a preservação dos ecossistemas costeiros ou os desafios socioambientais vivenciados nas comunidades tradicionais pesqueiras da nossa região.

Moro no litoral piauiense e trabalho há 10 anos como técnica de enfermagem em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), a partir de minha formação e vivenciadas na Atenção Básica, reconheço que a maioria dos profissionais não conhece a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta e das Águas (a população das águas foi incluída nessa política a partir da Portaria n.º 2.311, de 23 de outubro de 2014), tampouco tem acesso as cartilhas que que falam da saúde das marisqueiras e pescadoras artesanais (Brasil, 2018a, 2018b). A falta de conhecimento das políticas dos povos das águas pode contribuir para que muitos profissionais não se consideram como parte responsável pelo cuidado e manutenção dos territórios pesqueiros.

No meio da crise sanitária e diante da incerteza de dias melhores, voltei meu olhar para comunidades tradicionais, a partir dos encontros coordenados pelo grupo TeArES com mulheres marisqueiras; estes foram me aproximando dos saberes tradicionais e me reconectando com minha ancestralidade. Para além disso, pensar nos modos de vida das

pescadoras artesanais, me faz problematizar a invisibilidade dos corpos das mulheres no âmbito do trabalho e da vida.

Em presença do desenvolvimento econômico predatório, dos desastres ambientais causados em nome desse desenvolvimento e da disseminação mundial de uma nova doença, as mulheres são sempre as mais atingidas, haja vista sua relação de pertencimento ao território tradicional pesqueiro. As mulheres que pertencem às comunidades têm um conhecimento sobre o ecossistema que compõe o território tradicional pesqueiro em que vivem e usam de práticas culturais que são essenciais para a preservação da biodiversidade e do meio ambiente. Quando esses laços são rompidos, as mulheres perdem não apenas a base de sua subsistência, mas também sua identidade cultural e sua conexão com a natureza ficam afetadas. Portanto, essas mulheres, tais como a comunidade, dependem do meio ambiente e dos recursos naturais para sustentar sua família e seu modo de vida, e quando ocorrem desastres ambientais, como vazamentos de petróleo ou destruição da flora e fauna para que os empreendimentos capitalísticos avancem, essas mulheres sofrem diretamente os impactos na sua subsistência e as implicações psicossociais.

A relação entre corpo-território e trabalho artesanal da pesca coloca em xeque a divisão entre papéis de gênero na produção social. Como sabemos, o capitalismo não valoriza esse trabalho reprodutivo da vida; pelo contrário, o ignora; assim, fortalece o preconceito e dificulta o reconhecimento da mulher, pescadora artesanal, e a conquista de seus direitos.

Na pesca artesanal, as mulheres, ao longo da história, sentem mais dificuldade de serem reconhecidas como pescadoras artesanais. Atualmente, após luta das pescadoras artesanais nos movimentos, principalmente a partir da criação da ANP em 2005, as mulheres estão ocupando cargos de presidentas em colônia, coordenações do MPP e do CPP. Não obstante, junto às instituições do Estado, elas ainda esbarram com práticas burocráticas para obtenção de direitos assegurada por lei, como a garantia de benefícios em caso de

adoecimento (auxílio-doença, licença médica) e direito à aposentadoria por tempo de trabalho na pesca artesanal.

Diante da situação-problema apresentada anteriormente, este trabalho tem como objetivo cartografar processos de subjetivação e corpovivências de mulheres marisqueiras, e especificamente: a) acompanhar as múltiplas linhas da vida das mulheres das águas a partir da sua relação com a vida, a arte e o trabalho, b) mapear as narrativas das marisqueiras acerca de seus modos de viver da pesca artesanal e c) analisar os processos de subjetivação, sujeição e resistência das catadoras de mariscos.

Os fios que compõem estas linhas foram tecidos de encontros com as marisqueiras do município de Ilha Grande. A partir desses encontros, mediados pelo uso de objetos relacionais da arte, tivemos a oportunidade de conhecer e contar histórias relacionadas com o território tradicional pesqueiro, o trabalho artesanal e a família, bem como o cuidado de si no campo da saúde, o cuidado com a natureza e com a comunidade para o fortalecimento da vida e do comum.

Para tanto, como método de pesquisa utilizamos a cartografia, que tem como base epistemológica a Esquizoanálise de Deleuze e Guattari (2012), pois entendemos que nosso estudo visa compartilhar a experimentação de corpovivências no território tradicional pesqueiro mapas e linhas que nos ajudam a compreender os múltiplos sentidos dos modos de vida e os movimentos das mulheres e da cartógrafa durante a composição desses mapas.

As linhas dessa pesquisa se desenrolam nos seguintes capítulos:

- **Primeira Linha: Caminhos e Encontros** - Apresentamos um panorama da nossa proposta metodológica, trazendo conceito cartografia, produção de subjetividade, corpovivências, esquizoanálise, além de trazer leitura e entendimento sobre o território estudado. Descrevemos também os encontros que construímos junto com as marisqueiras.

- **Segunda Linha: Luta e Resistência das mulheres das águas** – Nessa linha, estabelecemos uma relação da colonização dos corpos e os desafios das pescadoras e marisqueiras no âmbito do trabalho artesanal, bem como fizemos uma contextualização da luta do movimento feminista na pesca artesanal, os principais movimentos, lideranças e representatividade no litoral piauiense.
- **Terceira Linha: Cartografia do trabalho de reprodução da vida na pesca artesanal** – Discutiremos sobre as múltiplas atividades desenvolvidas pelas mulheres na comunidade pesqueira e as implicações do trabalho na saúde das mulheres pescadoras artesanais.
- **Quarta Linha: Corpovivências das marisqueiras** - Analisaremos os processos de subjetivação a partir de seus analisadores e matérias de expressão que emergem no corpo-território, identificando as linhas que atravessam o trabalho artesanal realizado pelas mulheres marisqueiras.
- **Quinta linha: Cartografias do Bem Viver das marisqueiras** – Mapeamos as práticas e os cuidados para manutenção do bem comum e os desafios enfrentados pelas comunidades tradicionais com avanço do desenvolvimento e as implicações na vida humana, não humana e mais que humana.
- **Sexta linha: Cartografias das linhas da arte e da pesca artesanal** – Mapeamos as linhas das artes e da pesca artesanal, tecidas pelas marisqueiras no cuidado de si, do mundo e da sobrevivência.
- E por último, **Linhas sem fim**, no qual apresentaremos as considerações finais desse estudo, os desafios do campo de pesquisa, indicando novas cartografias de corpovivências sobre mulheres na pesca artesanal, para que seja presumível construir outros caminhos de possibilidades em pesquisa nesse e outros territórios das águas.

Convidamos à leitora, leitor e leitora a mergulharem nesse encontro com as marisqueiras, que transbordam nestas linhas de corpovivências e produção de subjetividade, tais quais as águas do Rio Parnaíba que transborda vida. Esse rio, guardião de memórias, é atravessado por desafios e transformações, ora tranquilo como a brisa, ora agitado como um vendaval. Entre dunas, delta e manguezais, ecoa resistência, nascimento e renascimento e é nesse território móvel que se desfaz e se refaz, ao compasso das ondas do oceano, que almejamos mergulhar para abrir novas passagens.

2. Primeira linha: Caminhos e encontros

A primeira linha, linhas dos afetos, é, como podemos nos dar conta, invisível e inconsciente. Ela faz um traçado contínuo e ilimitado, que emerge da atração e repulsa dos corpos, em seu poder de afetar e serem afetados.

Suely Rolnik

Este estudo faz parte de uma pesquisa cujo projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob CAAE: 303051018.8.0000.5214 e está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFDPAr (PPGpsi/UFDPAr) e a outras cartografias que estamos realizando no território tradicional pesqueiro desde fevereiro de 2017. No início da pandemia de COVID- 19 e com a chegada do coronavírus ao Brasil, no início de 2020, os movimentos sociais pesqueiros e parceiros nos deslocaram para as redes sociais, criando grupos de *whatsApp*. Assim, ampliamos nossas cartografias para compor com outros cenários das comunidades tradicionais pesqueiras do Brasil.

Marcadas pelas situações-problemas relatadas, anteriormente, e que são recorrentes nessas comunidades tradicionais pesqueiras, as marisqueiras de Ilha Grande nos convidaram a continuar com os encontros que estávamos realizando, na modalidade remota, logo após o encerramento do projeto de extensão Mariscando Cidadania¹ e as ações que já estávamos coordenando antes e durante a pandemia. Foi, nesse contexto de demandas explícitas e implícitas, que surgiu este estudo vinculado ao PPGpsi/UFDPAr.

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, com base na cartografia e corpovivências, pois pretendemos analisar os processos de subjetivação nas narrativas das

¹ Projeto de extensão coordenado pelos docentes, Prof. Dr. Osmar Rufino Braga e Prof. Dr. Antônio Vladimir Félix da Silva, com objetivo de alfabetizar marisqueiras da Ilha Grande, colocando no centro do processo de ensino e aprendizagem a história, os saberes acumulados, as experiências socioculturais, as condições socioeconômicas, os sonhos e as potencialidades.

marisqueiras a partir dos enunciados analisadores e da percepção do seu corpo no trabalho artesanal da pesca e na reprodução da vida, reconhecendo os atravessamentos no âmbito da pesca, bem como as linhas de fugas e a luta diante da invisibilidade e da desvalorização da mulher na pesca artesanal.

Optamos pela cartografia, por permitir mapear a dinâmica do território e múltiplos atravessamentos que compõem o campo social (Kastrup & Barros, 2009; Rolnik, 2011). Portanto, mapeamos as narrativas das marisqueiras a partir de enunciados analisadores, afecções do corpo no trabalho e na reprodução da vida, reconhecendo atravessamentos no âmbito da pesca artesanal.

A partir dos estudos feministas e de conceitos de Michel Foucault, Gilles Deleuze e outros autores e autoras, Margareth Rago (2013) narra práticas de resistência e liberdade e apresenta a escrita de si como uma aventura de contar-se. Nessa perspectiva, Judith Butler (2015) utiliza o termo relatar a si mesmo/mesma como ferramenta de resistência e luta contra a opressão e a dominação e como expressão da construção de uma identidade mais autônoma e livre. Ressaltamos que o cuidado de si, conceito foucaultiano, a qual retornaremos mais adiante, está na base dessas concepções, compondo a interface entre escrita de si em Rago (2013) e relato de si em Butler (2015).

Há na cosmopercepção dos povos originários, um conceito que abrange essas concepções. Trata-se de corpovivências. Corpovivências se refere à maneira como os povos indígenas experimentam seu território de existência e compreendem a relação entre o corpo humano e o mundo ao seu redor, incluindo a natureza, os espíritos, os ancestrais e a comunidade. Dentro das perspectivas indígenas, a corpovivência pode abordar a conexão entre o corpo e a espiritualidade, a interdependência entre os seres humanos e o meio ambiente, bem como as práticas e conhecimentos ancestrais relacionados à saúde, cura, rituais, danças, alimentação e formas de expressão artística.

O corpo indígena é um símbolo de resistência, e estar em cena é um privilégio que a humanidade tem. É um corpo com história de luta e resistência de 521 anos, que carrega histórias de um povo e conhecimentos ancestrais. É um corpo “alarme” da mãe terra, que tenta nos alertar que é hora de ouvir os filhos desta terra, pois quando se fala em indígena automaticamente se fala da floresta, nós somos um. (Baniwa & Fabrini, 2020).

O texto *Caminhos para cultura do Bem Viver* de Ailton Krenak (2020), traz a concepção da perspectiva de corpovivência presente na cosmovisão indígena, relacionando o “*corpo vivo em uma Terra viva*”. Krenak (2020) destaca como a sociedade ocidental, muitas vezes, trata a natureza como algo separado e explorável, o que leva a danos socioambientais e ecológicos. Em contraste, uma cosmovisão indígena, reconhece que todas as formas de vida são interdependentes e merecem respeito e cuidado.

Portanto, corpovivência está relacionado ao corpo-território, visto que, a busca por um bem comum entre corpo e território e a formação de um corpo coletivo de resistência se entrelaçam. De acordo com Verónica Gago (2020), o corpo-território representa a compreensão das resistências de mulheres indígenas, afrodescendentes e de distintos coletivos feministas sobre sua luta pela proteção da vida no território. A autora discute que a exploração do comum tem implicação no corpo coletivo, desta forma, os corpos não são apenas individuais, mas também fazem parte de um todo maior. Isso sugere que as opressões enfrentadas pelas vidas humanas, não humanas e mais que humanas são compartilhadas e podem ser superadas através das práticas coletivas.

No mesmo sentido, quando uma árvore é derrubada na comunidade tradicional pesqueira, o impacto se estende por toda a comunidade, gerando uma sensação de perda profunda, como se um pedaço essencial dela tivesse sido removido. Esse luto ecoa através

daquela paisagem, levando consigo fragmentos da história ancestral que aquele território carrega. Por outro lado, esse corpo resiste e cria movimento em prol das árvores, das águas, dos bichos, das vidas, ou seja, cria um corpo coletivo e de luta em defesa de um bem comum.

Krenak (2020) também aborda a ideia de Bem Viver como uma alternativa ao conceito de bem-estar ocidental que não considera o ser humano como parte da natureza; e considera a natureza, por sua vez, como fonte de consumo e riqueza para o bem-estar dos homens. O Bem Viver considera todos como parte da natureza e a interdependência entre humanos, a natureza e o cosmos como um todo. Krenak nos convida a repensar nossas relações com o mundo natural e a adotar uma abordagem sustentável para manutenção da vida. Desta forma, o Bem Viver está interligado com o conceito de corpovivência e corpo-território, visto que, reconhece que o nosso Bem Viver está ligado ao Bem Viver do ambiente em que vivemos. Considerar a experiência de viver em comunidade de forma integrada com o corpo e o território, a história, as necessidades físicas, emocionais e sociais, nos ajuda a compreender as formas pelas quais as estruturas e instituições sociais impactam nas experiências corporificadas.

Neste estudo, discutimos conceitos de corpo-território, bem-viver, corpovivências, cuidado de si relacionados com a cartografia que realizamos e que visava acompanhar processos de subjetivação e enunciação de mulheres marisqueiras e mapear modos de sujeição e movimentos de resistência. Por tanto, descrevemos a luta e os movimentos de resistência na pesca artesanal a partir de corpovivências das marisqueiras e fazemos a problematização de narrativas dominantes relacionadas com a produção de subjetividade colonial-capitalística (Rolnik, 2018) que moldam a identidade e a subjetividade dos indivíduos.

Rolnik (2018) descreve que a subjetividade colonial-capitalística atua na nossa forma de ser, agir e pensar, capturando nossos desejos para manter o mercado e a produção do capital, desta forma, o desejo é desviado de seu potencial criativo e passa agir conforme é

instituído aos efeitos das estruturas de poder existentes. A lógica colonial-capitalista não se limita a um período histórico específico, mas permanece atual nas moldações das subjetividades e das dinâmicas sociais e se transforma a medida que a sociedade busca novas formas de existir.

Entendemos também que as expressões na arte da mariscagem para produção de subjetividade não se produzem apenas na relação individual, ela é perpassada pela coletividade. De acordo com Guattari (2012a), a produção de subjetividade tem a ver com um conjunto de condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como território existencial auto-referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva (Guattari, 2012a, p. 19).

Para Rolnik (2011) a prática do cartógrafo está fundamentada pela produção do desejo no campo social. Nesse sentido, Guattari e Rolnik (2013) afirmam que os processos de produção da subjetividade não estão centrados em uma única dimensão, mas que a subjetividade se produz nas multiplicidades entre o coletivo e o individual, para tanto esses processos são descentralizados. Assim, compreendemos que o processo de produção de subjetividade das marisqueiras perpassa a arte da pesca, a relação com a comunidade, com as águas e com o corpo-território, sendo atravessado por questões micro e macropolíticas.

Portanto, esta cartografia tem a ver não só com meu percurso cartográfico entre Cajueiro da Praia, Parnaíba e Ilha Grande, tem a ver também com a escolha e o uso de objetos relacionais da arte para a composição de uma escrita de si como quem experimenta confeccionar um crochê a muitas mãos. Mãos de quem cata mariscos deste a infância, mãos de quem borda, pinta, cuida do território e da vida. Como já anunciamos, na introdução, mãos de quem não apenas confecciona os artefatos da pesca como também fazem do trançado das linhas da pesca artesanal os trançados das linhas da vida.

Para mapear os processos de subjetivação e as corpovivências nesses encontros, utilizamo-nos da perspectiva ética, estético e política da cartografia e para a análise desses processos e início da discussão, utilizamos a Esquizoanálise de Deleuze e Guattari (2011). Para esses autores, a subjetividade é produzida socialmente e o desejo é produção de vida. Dessa forma, como a produção dos desejos é inerente ao ser humano há várias formas de se produzir. Uma delas é a arte. Esse elemento, analisado à luz do rizoma pode fornecer subsídios para se pensar propostas alternativas e reconhecer modos de existência que não foram totalmente agenciadas pelo sistema capitalista. (Sousa, 2020).

Para Deleuze e Guattari (2011), o rizoma possibilita fazer rupturas e conexões a qualquer outro ponto, não se fecha, mas abre possibilidade para multiplicidades que se transformam a partir dessas conexões:

Diferente é o rizoma, *mapa e não descalque*. [...]. O mapa é aberto, é conectável em todas suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente, Ele pode ser rasgado, revestido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como uma obra de arte construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ser sempre múltiplas entradas [...] (Deleuze & Guattari, 2011, p. 30).

Nesse sentido, epistemologicamente, a esquizoanálise fundamenta esta cartografia e embasa a análise dos processos de subjetivação e enunciação que se materializam nas matérias de expressão da arte e da pesca artesanal. Essa análise implica o mapeamento dos atravessamentos institucionais e as múltiplas conexões no âmbito social, ambiental, mental,

na produção subjetiva e reconhece os movimentos de luta e resistência da comunidade pesqueira e as possibilidades de invenções de mundo e de vida.

2.1 Linhas dos encontros

Sinto-me honrada em compartilhar as corpovivências relacionadas com minha família de território tradicional pesqueiro e a história de luta e resistência com as marisqueiras da Ilha Grande. E foi por meio dos encontros que tivemos com as marisqueiras que fiquei encantada ao ver como as linhas de nossas vidas se conectam nas linhas da pesca e do crochê.

O crochê e a pesca artesanal são mais do que técnicas manuais passadas por gerações, elas nos permitem dialogar e compartilhar experiências, além de nos ensinam lições valiosas sobre criar, iniciar, terminar, recomeçar, fazer e desfazer.

Foi na alegria desse encontro, no qual a arte da pesca e a arte do crochê tornaram-se elo de aliança entre o corpo da cartógrafa e o corpo-território das marisqueiras que fabricamos as agulhas para tecer as linhas deste estudo. A conexão com o campo social proporcionou uma troca de conhecimentos e de experiências de um modo singular, inspirando-me a desenhar e experimentar as próprias cartografias do mapa-mundo das marisqueiras e as suas corpovivências. Para Spinoza (2018), os processos de afetação poderão aumentar a potência de ação do corpo, possibilitando que se reconheça a partir da experimentação dos bons encontros.

Nesse sentido, consideramos o conceito de afecções do corpo geradas nos encontros tal como concebe Spinoza (2018), reconhecendo que há encontros cujas afecções impulsionam o desejo como vontade de potência e aumentam a potência de ação do corpo. Não há expectativas de que as afecções do corpo produzam paixões alegres, tampouco há como planejar bons encontros. No entanto, apostamos na arte relacional do encontro a partir do reconhecimento do comum entre pesquisadora e marisqueiras.

Os encontros nos impulsionam a conhecer o território e a manter uma relação de confiança e de vínculo, permitindo aproximação com o campo social, não apenas para colheita de dados e produção de informações, mas também para rir juntas, brincar, mariscar (Figura 1) e pensar juntas “*de tudo um pouco*” como é fazer no cotidiano das mulheres.



Figura 1. Mariscagem (Foto: Letícia de Oliveira Evangelista)

Nesse sentido, construímos seis encontros *online* pela plataforma *Google Meet*, e nove encontros presenciais, entre 14 de maio de 2021 e 08 de julho de 2023, perfazendo um total de 15 encontros. Os encontros foram desenhados através do uso de objetos relacionais da arte a partir de temas geradores extraídos do contexto das comunidades tradicionais pesqueiras.

No quadro abaixo, os seis encontros *online* dos quais participamos:

Quadro 1 - Descrição dos encontros *online* cartografados

Encontros <i>on line</i>		Atividades/Tema	Recursos/Metodologia
1º.	06/05/2021	Leitura de mundo das	Texto de Elite Paraguassu

		marisqueiras	
2º.	28/05/2021	Arte e pesca artesanal	Encontro de artes da pesca e da vida
3º.	11/06/2021	Mulher mariscando	Fotografias de Antônio Luiz M. C. Costa e Vladimir Félix.
4º.	25/06/2022	Corpo-território	Verso de Mário Quintana e uma fotografia de uma mulher indígena
5º.	09/07/2022	Saúde mental e sofrimento psíquico	Círculo de cultura com o tema gerador Depressão.
6º.	23/07/2021	Saúde mental e sofrimento psíquico decorrente do uso de álcool e outras drogas	Círculo de cultura com o tema gerador Álcool e outras drogas.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

No primeiro encontro, cuja apresentação estava relacionada com a leitura de mundo das marisqueiras, nós utilizamos um texto de Eliete Paraguassu, marisqueira e quilombola da Ilha de Maré – Bahia. Foi utilizada uma imagem representando o território das águas, ao lado esquerdo estava o *slogan* da Campanha Nacional Pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras e no centro o texto da Eliete Paraguassu. Discutimos a participação da mulher e as distintas atribuições realizadas pelas pescadoras artesanais na comunidade pesqueira. Nesse encontro, dentre as atividades realizadas, as marisqueiras citaram o crochê e outras artes que fazem parte do seu dia a dia. Assim, surgiu o tema gerador

do próximo encontro, para o qual, solicitamos as mulheres que trouxessem um objeto relacionado com a arte e à pesca artesanal para nosso segundo encontro.

Portanto, o segundo encontro foi construído a partir do tema gerador Arte e Pesca artesanal. As participantes, incluindo as marisqueiras e cartógrafa, além do orientador e membros do grupo TeAeES, trouxeram consigo uma arte, a qual foi apresentada durante o encontro. Este encontro proporcionou compartilhar suas experiências com as artes e as potencialidades inerentes à prática artística com as linhas da pesca e outras linhas.

O terceiro encontro foi iniciado com a exibição de uma fotografia de autoria de Antônio Luiz M. C. Costa. A leitura da imagem foi acompanhada por uma análise da sua legenda: "Desigualdade", destacando-se que a legenda ajuda na interpretação e compreensão da fotografia. Em seguida, foi apresentado um registro fotográfico realizado pelo meu orientador durante uma atividade de mariscagem, que integrou outras vivências cartográficas realizadas na pesca artesanal. A fotografia retrata Luzânia, uma marisqueira atuante na região de Ilha Grande. A referida imagem consiste na atividade de mariscagem e mostra a relação entre o corpo e o território das águas. A partir dessa representação da multiplicidade do corpo feminino em sua prática cotidiana de coleta de mariscos, as pescadoras artesanais deram uma legenda para fotografia da marisqueira.

O tema-gerador do quarto encontro foi Corpo-território. Para abrimos a discussão em torno desse tema, usamos um verso do poeta Mario Quitanda: *"Amar é mudar a alma da casa"*. Utilizamos também uma foto divulgação retirada da página da AVAZZ/O Mundo em Ação, trata-se da foto de uma mulher indígena, mostrando sua mão com a seguinte frase: *"Parem de nos matar coletivamente"*. Essa imagem representa uma ação de incidência política em defesa da demarcação das terras indígenas e do reconhecimento do seu território, e chama atenção para o genocídio dos povos originários no Brasil. A partir desses dois objetos relacionais, perguntamos as marisqueiras o que elas mudariam no território das águas.

No quinto e no sexto encontros, realizamos círculos de cultura, cujo tema gerador Saúde Mental e Sofrimento Psíquico, considerando uma situação-problema que emergiu no quarto encontro. Trata-se de dois subtemas indicados pelas marisqueiras: Depressão e Uso de álcool e outras drogas, que foram trabalhados um no quinto encontro e o outro no sexto encontro. Nos inspiramos também em alguns passos da terapia comunitária integrativa (esta já conhecida das marisqueiras), no sentido de produzir um espaço que promovesse a troca de experiências relacionadas com o sofrimento vivenciado pelas marisqueiras, e ao mesmo tempo escuta, acolhimento, relatos de superação e fortalecimento dos vínculos e da rede de apoio comunitário.

Nos encontros presenciais tivemos a oportunidade de participar do Encontro Estadual da Articulação Nacional das Pescadoras e do Encontro Estadual do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP PI), além de participar de oficinas e rodas de conversa com outros profissionais e estudantes, a saber:

Quadro 2 – Descrição dos encontros presenciais cartografados.

Encontros Presenciais		Atividades/Tema	Recursos/Metodologia
1º.	30/10/2021	Viajando nas perguntas	Roda de conversa com as marisqueiras e Walter Omar Kohan.
2º.	14 e 15/05/2022	No balanço das águas, pescadoras construindo resistência!	Encontro Estadual da Articulação Nacional das Pescadoras artesanais (ANP).
3º.	12/09/2022	Saúde das mulheres na pesca artesanal	Círculo de cultura com as marisqueiras, professor e estudantes do curso de

			medicina e do PPGPsi da UFDPAr
4°.	20/10/2022	Saúde e adoecimentos das mulheres	Encontro com residentes da Fiocruz e as marisqueiras acerca de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e outros adoecimentos da mulher pescadora artesanal.
5°.	26/10/2022	Mariscagem	Cata de mariscos com as marisqueiras e residentes da Fiocruz
6°	11/05/2023	Corpo-território	Cartografia do corpo-território
7°	15/05/2023	Corpovivências das mulheres das águas	Oficina corpovivências
8°	27/06/2023	Saúde das mulheres na pesca artesanal	Participação do segundo círculo de cultura com as marisqueiras, professor e estudantes do curso de medicina e do PPGPsi da UFDPAr
9°	08/07/2023	Encontro do Movimento dos Pescadores e Pescadoras artesanais	Encontro Estadual do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Piauí – MPP PI

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

O primeiro encontro presencial que participamos com as marisqueiras de Ilha Grande foi através de uma roda de conversa com o professor Walter Omar Kohan. Na ocasião, Walter falou da sua viagem até o litoral do Piauí e perguntou para as marisqueiras o que ele trazia em sua mala para essa viagem, de modo que, durante o encontro com o filósofo, as marisqueiras formulavam hipóteses, se perguntavam e também faziam perguntas. Trata-se de uma metodologia baseada na pedagogia da filosofia menina da pergunta e está relacionada com o projeto Viajando nas Perguntas, que visa construir encontros que ajudem a problematizar o mundo e a forma em que o habitamos. Para celebrar os 100 anos de nascimento de Paulo Freire, em 2021, Walter elaborou esse projeto e percorreu o Nordeste em busca de boas perguntas em grupos de pessoas de todas as idades dispostas a experimentar uma infância no pensamento. Portanto, foram apresentados os principais problemas e desafios da pesca artesanal do litoral piauiense e as possíveis transformações.

Nos dias 14 e 15 de maio de 2022, participamos do Encontro Estadual da Articulação Nacional das Pescadores, realizado na sede da Colônia de pescadores Z-7, na Ilha Grande do Piauí. Na oportunidade, reuniram-se pescadoras artesanais de Parnaíba, Luís Correia e Ilha Grande do Piauí. Nesse encontro foi debatida a conjuntura política, bem como discutido sobre o cenário da pesca, os desafios e as articulações políticas de luta comum dos movimentos da pesca artesanal e as possibilidades de transformações.

Nos dias 12 de setembro de 2022 e 27 de junho de 2023, participamos de um círculo de cultura com o tema gerador “Saúde das mulheres na pesca artesanal”, ao lado das marisqueiras, professor e estudantes do curso de medicina e do PPGPsi da UFDPAr, nos quais foram discutidos sobre produção de saúde na comunidade pesqueira e os desafios que as mulheres, marisqueiras, enfrentam no acesso ao serviço de saúde.

No dia 20 outubro de 2022, a Casa das marisqueiras, como é conhecida a sede da associação, recebeu uma equipe da residência multiprofissional em Saúde do Campo,

vinculado ao programa da Fiocruz. A equipe composta por uma fisioterapeuta, uma enfermeira e duas assistentes sociais, veio fazer uma imersão no território das águas do Delta do Parnaíba. Para esse encontro foi realizado uma roda de conversa sobre direitos previdenciários, acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e as principais doenças crônicas que acometem a saúde das marisqueiras e discutido as práticas de cuidado para promoção da saúde de pescadores e pescadoras artesanais.

No dia 26 de outubro de 2023, participamos da cata de marisco e acompanhamos todos os processos da mariscagem. Para isso, embarcamos com as marisqueiras pelo Rio Parnaíba e percorremos no vai e vem das águas, até chegar ao nosso destino para a cata de mariscos. No retorno do rio, participamos do cozimento, limpeza e retirada do marisco da casca. Esse momento contribuiu para formação do conhecimento, fortalecimento dos vínculos e implicação com o campo de pesquisa.

Participamos de duas oficinas realizadas pelo núcleo de estudos e pesquisas TeArES e pela ANP, as oficinas aconteceram no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS do município de Ilha Grande, na comunidade Labino. A primeira dessas oficinas, ocorrida no dia 11 de junho de 2023, tinha como tema gerador *Corpo-território*. Para esse encontro utilizamos o desenho livre para traçar o corpo e o território, desta forma, as pescadoras artesanais tracejaram o corpo humano, e ao seu redor a fauna e a flora, bem como os novos atravessamentos que mudam a geografia e o modo de vida das comunidades tradicionais. A segunda oficina, teve como tema *Corpovivências das mulheres das águas*, realizada em 15 de junho do mesmo ano, utilizamos a experiência sensorial, valendo-se da argila como meio condutor. Por meio da criatividade e do contato tátil, as pescadoras artesanais moldaram as vivências e objetos ancestrais dos povos tradicionais.

No dia 08 de junho de 2023, participamos do Encontro do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, realizado na Escola Marocas Lima, situada no município de Ilha

Grande. Esse evento reuniu pescadores e pescadoras artesanais, figuras proeminentes da esfera política, representantes de diversas localidades da MPP e membros da comunidade acadêmica com o intuito de promover um diálogo acerca dos desafios prementes enfrentados pelas comunidades tradicionais pesqueira. O objetivo deste encontro consistiu na análise acerca das adversidades que permeiam o cotidiano dessas comunidades, bem como na identificação de estratégias e soluções viáveis para tais desafios. Um dos focos centrais da deliberação foi a eleição da representante feminina destinada à coordenação na MPP do Piauí.

Desta forma, esses encontros proporcionaram a participação, a construção de informação e a implicação com campo de pesquisa. Cada encontro, desde a abordagem inicial sobre a leitura de mundo das marisqueiras às oficinas participativas, círculos de cultura e participação de eventos, contribuíram para a formação de saberes sobre a pesca artesanal e a reflexão sobre os desafios enfrentados por essas comunidades pesqueiras.

3. Segunda linha: Luta e resistência das mulheres das águas

A Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta [e das Águas] (Brasil, 2013) define comunidades tradicionais como

grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tradicionais, possuem formas próprias de organização social e ocupam e utilizam territórios e recursos naturais como condição para sua produção e reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e comercial, utilizando conhecimentos e inovações práticas gerados e transmitidos pela tradição. (pp. 22-23).

Essa definição reconhece a importância dessas comunidades na construção de uma sociedade mais diversa, justa e equitativa, e destaca a necessidade de se adotar uma abordagem intercultural e integral para a saúde desses grupos, levando em consideração suas particularidades culturais, sociais e ambientais (Brasil, 2013).

As comunidades tradicionais pesqueiras, assim como outras comunidades tradicionais, desenvolvem trabalhos artesanais com técnicas ancestrais e com menos impacto à biodiversidade. O trabalho reprodutivo da pesca artesanal depende do horário da maré e de outros fenômenos da natureza, como as fases da lua, por essa razão, o corpo das mulheres coreografam uma dança conduzida pelo tempo para que elas possam desenvolver atividades nos movimentos e no tempo das águas e das florestas; além de respeitar e cuidar das diferentes formas de vidas.

Historicamente, como mostraremos mais adiante ao nos referimos à participação das mulheres na ANP, no MPP e no CPP, as comunidades tradicionais pesqueiras lutam e resistam aos conflitos ambientais. Nos últimos anos, os conflitos socioambientais e as ameaças às comunidades tradicionais ficaram mais evidentes diante das políticas de morte

contra as vidas humanas e não humanas. A frente dessas lutas estão as mulheres e sua participação política. As pescadoras artesanais que participam dos movimentos sociais pesqueiros, organizam e incentivam a comunidade a lutar em busca do bem comum e para se movimentar contra as artimanhas dos grandes empreendimentos econômicos e em defesa das águas e do território.

As atividades na pesca são passadas por gerações, desde a infância, a partir da rotina e convívio com os pais, as mães e comunidade e se perpetuam para vida adulta. Apesar das mulheres exercerem atividades pesqueiras no mar e na terra, as pescadoras artesanais sentem dificuldade no reconhecimento profissional, uma vez que, no imaginário social essa atividade é exercida pelo homem e as atividades realizadas pelas mulheres são uma extensão do serviço doméstico. Esse pensamento contribuiu e ainda contribui para invisibilidade feminina e a intensificação da desigualdade de gênero no âmbito das relações de trabalho.

A Lei Federal nº 11.959/2009 considera todo o processo de captura do peixe como a exploração e exploração, cultivo, conservação, procedimentos, transporte, comercialização e pesquisa como atividade pesqueira, garantindo desta forma o RGP e os benefícios a toda pessoa física e jurídica, bem como todos os direitos assegurados por lei. Apesar das conquistas, seus direitos são ameaçados por novos decretos que estabelecem novas regras sobre o trabalho na pesca, afetando principalmente as mulheres que atuam na cadeia da pesca artesanal em regime de economia familiar, ora pescando ou mariscando, ora na confecção de materiais para pesca, separação, limpeza e venda dos pescados e mariscos. Não obstante, a participação da mulher na pesca ainda é invisibilizada pelo poder público e ameaçada por ações burocráticas, como a dificuldade de acesso ao benefício em caso de adoecimento, aposentadoria e do seguro defeso, garantido por lei a todos pescadores e pescadoras artesanais.

Nesse sentido, a dificuldade que as pescadoras artesanais enfrentam, no cotidiano da pesca artesanal, tem a ver com o racismo estrutural e com a construção social de como as

mulheres negras e periféricas são racializadas. De acordo com María Lugones (2020) a racialização do corpo da mulher é uma construção da colonização e da modernidade com objetivo central de servir seus interesses, ou seja, destituir a representatividade e o lugar de poder das mulheres.

Os corpos negros representam, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua 2019, 81,8% de pescadores e pescadoras artesanais (Torres, 2020). Assim, os corpos das pescadoras artesanais estão mais sujeitos ao descaso e a falta de política de vida e saúde.

Raça, classe, gênero e sexualidade são organizados historicamente pelo colonialismo para que possam controlar nossa forma de existir, pensar e agir. Atuam a todo tempo, capturando nossas diferentes formas inventivas de viver para continuar mantendo o capital de Estado (Lugones, 2020).

A exclusão das questões de raça, classe, gênero e sexualidade nos movimentos de luta, abre possibilidade para sustentação da violência que está instituída no machismo, patriarcado e racismo (Lugones, 2020). Portanto, no contexto da pesca artesanal, a invisibilidade feminina pode ser explicada pela cultura patriarcal, machista e racista em relação ao corpo da mulher e ao seu trabalho de reprodução da vida. O trabalho na pesca no imaginário social foi construído para o corpo masculino, pois demanda força. Porém outras atividades que também exigem esforços físicos estão vinculadas ao corpo feminino – as tarefas domésticas, por exemplo. Para Vergès (2021) o corpo das mulheres foi e é invisibilizado para que o corpo do homem possa florescer, corpo esse representado e idealizado pelo bom desempenho e sucesso econômico.

Por outro lado, as mulheres sempre desenvolveram atividades na pesca artesanal. Elas participam da confecção de materiais para pesca e captura em alto mar. Elas atuam em diferentes espaços, mangue, estuários, rios e mares. Quando o serviço nas águas termina, a

mulher ainda continua com as atividades que são realizadas na terra, como limpeza e venda, além de assumir as atividades domésticas e familiares. Logo, de acordo com Federici (2019), o bom desempenho do homem só é possível por conta do trabalho de reprodução desenvolvido pelas mulheres.

No capítulo *corpo infeliz* do livro *Luto entre a clínica e a política: Judith Butler para além do gênero*, Carla Rodrigues (2021) faz uma discussão a partir da leitura do filósofo Hegel, no qual compara o corpo doméstico ao corpo escravizado, este desaparece para que o senhor possa se apropriar da produção do corpo escravizado. Nesse sentido, compreendemos que o trabalho de reprodução foi invisibilizado e desvalorizado a partir da exploração do trabalho humano. Contudo, de acordo com Federici (2020) o trabalho de reprodução é vida, por meio dele podemos reconhecer a luta em torno dos comuns e da construção de um mundo melhor.

3.1 Movimentos das lutas do feminismo na pesca artesanal

Ao longo do processo histórico, as lutas das mulheres negras emergiram como uma resposta à falta de reconhecimento das especificidades das mulheres negras e periféricas dentro dos movimentos feministas. Enquanto as mulheres brancas lutavam por sua própria inclusão no mercado de trabalho, as mulheres negras eram exploradas em trabalhos domésticos e outras formas de trabalho mal remunerado e desvalorizado. Essa falta de representação das demandas das mulheres negras nos movimentos feministas, levaram a necessidade de defender a igualdade social para as mulheres e expressar às interseções de todas as formas de opressão vivenciadas pelas mulheres negras.

A interseccionalidade de raça, gênero, classe, sexualidade considera as diferentes formas de violência e opressão que as mulheres negras enfrentam. Ao destacar a diversidade e

as experiências das mulheres negras, o feminismo negro amplia o escopo do movimento feminista, tornando-o mais inclusivo e representativo, indo além da demanda de única mulher.

Assim como a consciência das mulheres negras da ausência de representatividade no movimento feminista das mulheres brancas, o movimento das lutas do feminismo na pesca artesanal representa à atuação das pescadoras artesanais nas comunidades tradicionais e os movimentos de luta e resistência diante dos desafios relacionados com a desvalorização de seu trabalho, a invisibilidade social e a falta de reconhecimento de suas contribuições para a manutenção da saúde socioambiental.

Essa falta do reconhecimento na pesca artesanal foi percebida e problematizada pelas pescadoras artesanais a partir da relação de assujeitamento com o Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE, que incluía as mulheres apenas como secretarias e ajudantes e as excluía da participação política. O MONAPE havia surgido após a constituinte de 1988, em Recife, atuando no Norte e Nordeste do Brasil, com articulação do Conselho Pastoral da Pesca – CPP, e tinha como proposta dar visibilidade ao trabalho da pesca artesanal (Ribeiro, 2021). Não obstante, foi se tornando um movimento que não reconhecia as mulheres, pescadoras artesanais.

O século XXI foi o grande marco para o avanço das lutas dos movimentos sociais pesqueiros, a saber, a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) e o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), juntamente com o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP). Nessa luta é importante ressaltar a participação e o protagonismo das mulheres, ao questionar a falta de representatividade no MANOPE. As mulheres participavam, mas ficavam na retaguarda. Mas, a partir do I Grito da Pesca, em 2004, durante governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), quando ocorreu a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP-PR), em 2003, foi possível que as mulheres se articulassem para pautar suas lutas junto com os movimentos dos

pescadores artesanais. A partir do agenciamento coletivo e em conversas feitas no banheiro, durante o movimento do I Grito da Pesca, que ocorreu em 2004, as mulheres conseguiram, em 2005, se reunir para formar a ANP (Ribeiro, 2021).

A ANP começou a fazer formação política, com a participação do movimento e através dessa formação as mulheres foram fortalecendo a luta juntamente com as agentes do CPP (Ribeiro, 2021). A Pastoral da Pesca, desde a década de setenta, do século XX, que busca inserir debates sobre questões de gênero nos movimentos da pesca, ajudando a qualificar a formação de liderança de comunidades tradicionais, visando conscientizar sobre sistema capitalista opressor (Brito, 2019). Essa parceria com os movimentos da pesca dura mais de 50 anos, desde sua criação em 1968, com ação do Frei franciscano Alfredo Schnuettgen e apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Olinda, Pernambuco (Ribeiro, 2021; Brito, 2019).

Em 2009, no III Grito da Pesca, as mulheres problematizaram a existência do MONAPE e romperam com esse movimento por ele não reconhecer a paridade de gênero. Em Acupe de Santo Amaro, na Bahia, em 2010, na I Conferência Nacional da Pesca Artesanal, as pescadoras artesanais, juntamente com pescadores, escreveram uma carta para formar o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais. Desde então e atualmente, em 20 estados brasileiros, a coordenação do movimento é formado por cogestão e tem paridade de gênero, ou seja, por homens e mulheres de cada estado (Ribeiro, 2021).

Apesar de ainda hoje as pescadoras artesanais esbarrarem com a desvalorização e invisibilidade social no âmbito da pesca artesanal, elas continuam resistindo e estão à frente dos movimentos, engajadas nas questões sociais e política e assumem direção de colônias e associações e participam de encontros para que possam discutir sobre o cenário atual das pescadoras artesanais.

As organizações desempenham um papel importante na defesa dos interesses dos pescadores e pescadoras artesanais, promovendo a participação e o engajamento da comunidade na gestão dos recursos pesqueiros e na implementação de políticas públicas que visam garantir a sustentabilidade da pesca artesanal e a preservação dos ecossistemas costeiros, terrestre e marinho. Além disso, ANP e MPP também oferecem formação política e educação popular em saúde e outros temas como questões relacionadas ao combate à violência de gênero.

Além do Grito da Pesca e das incidências políticas que já se tornaram tradicionais na atuação do MPP; anualmente, acontece o Encontro Nacional da ANP, cujas prévias são os encontros estaduais. A ANP mobiliza para que elas participem desses encontros estaduais e também do nacional. O evento é organizado pela ANP e conta com a participação das pescadoras, além de líderes comunitários, pesquisadoras e pesquisadores vinculados à luta dos movimentos sociais pesqueiros e outros parceiros interessados. Os encontros têm como objetivo discutir questões relacionadas à pesca artesanal, ao meio ambiente e aos direitos das mulheres, visando fortalecer a organização e o apoio das pescadoras artesanais em nível estadual e nacional, bem como ampliar a conscientização sobre a importância da pesca artesanal para a economia solidária e a sustentabilidade ambiental.

No litoral do Piauí, a ANP mobiliza as pescadoras artesanais para que elas participem desses encontros estaduais e também do nacional. Nos dias 14 e 15 de maio de 2022, participamos do Encontro Estadual da Articulação Nacional das Pescadores, realizado na sede da Colônia de pescadores Z-7, em Ilha Grande. Na oportunidade, reuniram-se marisqueiras e pescadoras artesanais de Parnaíba, Luís Correia e Ilha Grande. O tema gerador do encontro era *“No balanço das águas, pescadoras construindo resistência!”* e tinha, entre outros, os objetivos de: a) analisar a conjuntura local, estadual e nacional que tem impactado a vida das pescadoras; b) avaliar a caminhada da ANP no estado; c) construir estratégias de

enfrentamento ao cenário de negação de direitos; d) fortalecer a ANP no Estado; d) construir planejamento para o ano de 2022. Portanto, nesse encontro foi debatida a conjuntura política, bem como discutido sobre o cenário da pesca artesanal, os desafios e as articulações políticas de luta comum dos movimentos da pesca artesanal e possibilidades de transformações.

O evento estava programado para reunir todas as pescadoras artesanais da região litorânea do Piauí, mas as marisqueiras de algumas comunidades pesqueiras da Ilha Grande não compareceram, dentre as quais marisqueiras da Associação de Catadores de Mariscos de Ilha Grande.



Figura 2. Pescadoras artesanais no Encontro Estadual da ANP no Piauí (Foto: arquivo pessoal)

Durante esse Encontro Estadual da ANP no Piauí, foram realizadas diversas atividades, como mística, análise da conjuntura, roda de conversa, oficinas e exposições (Figura 2). As pescadoras artesanais tiveram a oportunidade de discutir nos grupos e na plenária sobre desafios enfrentados no dia a dia, apresentaram sugestões a partir de

experiências bem-sucedidas e pensaram em outras soluções de enfrentamento para problemas que afetam o território tradicional pesqueiro.

Dentre os desafios enfrentados pelas comunidades tradicionais pesqueiras, ficaram evidentes, durante o encontro, os impactos impresumíveis a partir da pandemia de COVID-19, incluindo o isolamento social, a perda de familiares e amigos, bem como a insegurança alimentar enfrentada pelas famílias. As comunidades também enfrentam problemas antigos, que foram agravados durante a pandemia, como a falta de políticas públicas efetivas que garantam seus direitos, além da negação de seus modos de vida por meio de políticas de regularização de terrenos para outros interesses econômicos que não os das próprias comunidades. Em geral, os governos municipais, estaduais e federal, tal como o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), não demonstram interesse em reconhecer essas comunidades, uma vez que o trabalho da pesca artesanal e a permanência de um modo de vida tradicional não são vistos como fontes de capital, pois elas ocupam um território que interessa ao mercado.

A autora Judith Butler (2020) argumenta que certas vidas são consideradas menos importantes do que outras na sociedade, e que essa desvalorização pode levar a violências e injustiças. No caso das comunidades tradicionais pesqueiras, elas confrontam um problema semelhante: seu modo de vida e sua cultura não são valorizados pelo Estado, que por sua vez, os consideram um obstáculo ao desenvolvimento econômico. Como resultado, essas comunidades são deixadas à margem das políticas públicas e enfrentam a morte, a fome e a dor. Butler (2020) enfatiza que a vida precária é uma questão política, pois é o resultado de um sistema que desvaloriza certos grupos humanos em detrimento de outros. Para ela, a vulnerabilidade é uma condição compartilhada por todas as pessoas, mas que afeta de maneira diferente certos grupos, ampliando a precarização da vida. Nesse sentido, a pandemia de

COVID- 19 evidenciou ainda mais as desigualdades sociais e as injustiças enfrentadas por essas vidas, como no caso das pessoas que vivem em comunidades tradicionais.

No Encontro Estadual de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Piauí, organizado pelo MPP entre o dia 08 e 09 de Julho de 2023, na Escola Marocas Limas, em Ilha Grande, reuniram-se pecadores e pescadores artesanais da planície litorânea, líderes políticos e comunidade acadêmica. Durante o encontro, discutimos sobre a falta do reconhecimento do território pesqueiro, a falta de políticas públicas, grilagem de terras das comunidades tradicionais, cercamento das áreas tradicionais, as instalações de empreendimentos, ameaças e violência às vidas dos pescadores e pescadoras artesanais e aumento do tráfico de drogas.



Figura 3. Encontro Estadual de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Piauí (Foto: arquivo pessoal)

Além de discutir sobre o cenário dos territórios tradicionais pesqueiro diante da conjuntura Estadual e Nacional, foi realizada a escolha da representação feminina do estado

do Piauí para a composição da coordenação do MPP. A coordenação do MPP é composta por representantes de cada estado, respeitando a paridade de gênero, ou seja, um pescador e uma pescadora por estado. Dadas as condições de trabalho e vida no cotidiano, as pescadoras do Piauí optaram por uma representação colegiada por três mulheres, ou seja, um mandato coletivo. Historicamente, como mencionamos anteriormente, as mulheres estão à frente dos movimentos do MPP e da ANP e do CPP, e de associações e articulam as pescadoras e pescadores artesanais para lutar pelo território, reconhecimento das comunidades tradicionais e conquistas de direitos.

Na Ilha Grande, temos como exemplo a participação das mulheres na Associação dos Catadores de Mariscos da Ilha Grande (Figura 4). Esta associação é organizada pelas próprias catadoras de mariscos da região da Ilha Grande, tendo participação ativa das mulheres. O objetivo principal da associação está em promover a defesa dos direitos dos catadores e catadoras de mariscos e a preservação do meio ambiente.



Figura 4. Associação de Catadores de Marisco da Ilha Grande (Foto: arquivo pessoal)

A associação contribui para conscientização acerca da preservação ambiental e da importância da pesca sustentável. Entre as atividades desenvolvidas pela associação está a

realização de campanhas de conscientização ambiental e a participação em fóruns e audiências públicas para defender os interesses das marisqueiras e da comunidade. Nesse sentido, a Associação dos Catadores de Mariscos da Ilha Grande é uma importante iniciativa de organização e luta pelos direitos e pela preservação ambiental na região, garantida para a melhoria das condições de vida das catadoras e catadores e para a sustentabilidade do ecossistema local.

Não obstante, chama atenção, tal como ocorreu no Encontro Estadual, organizado pela ANP, e realizado entre os dias 14 e 15 de maio de 2022, que não tenha havido representação de mulheres da Associação dos Catadores de Mariscos da Ilha Grande, no Encontro Estadual de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Piauí, organizado pelo MPP entre o dia 08 e 09 de Julho de 2023. Não dá para inferir que a ausência dessas mulheres esteja relacionada ao fato de que elas não se reconhecem como parte da ANP e do MPP, haja vista que as marisqueiras têm participado de outros encontros organizados pelos movimentos sociais pesqueiras, ANP e MPP, e também pelo CPP. Além da participação em movimentos que visam apoiar outras comunidades quando há conflitos socioambientais, demonstrando solidariedade e engajamento em questões coletivas, as marisqueiras também se reúnem e se unem dentro da própria comunidade para enfrentar os desafios da vida cotidiana e para prestar ajuda mútua e cuidar do território em que vivem, denunciando violências de gênero, lesbofobia, abusos no contexto familiar e assédios nas escolas.

4. Terceira Linha: Cartografias do trabalho de reprodução da vida na pesca artesanal

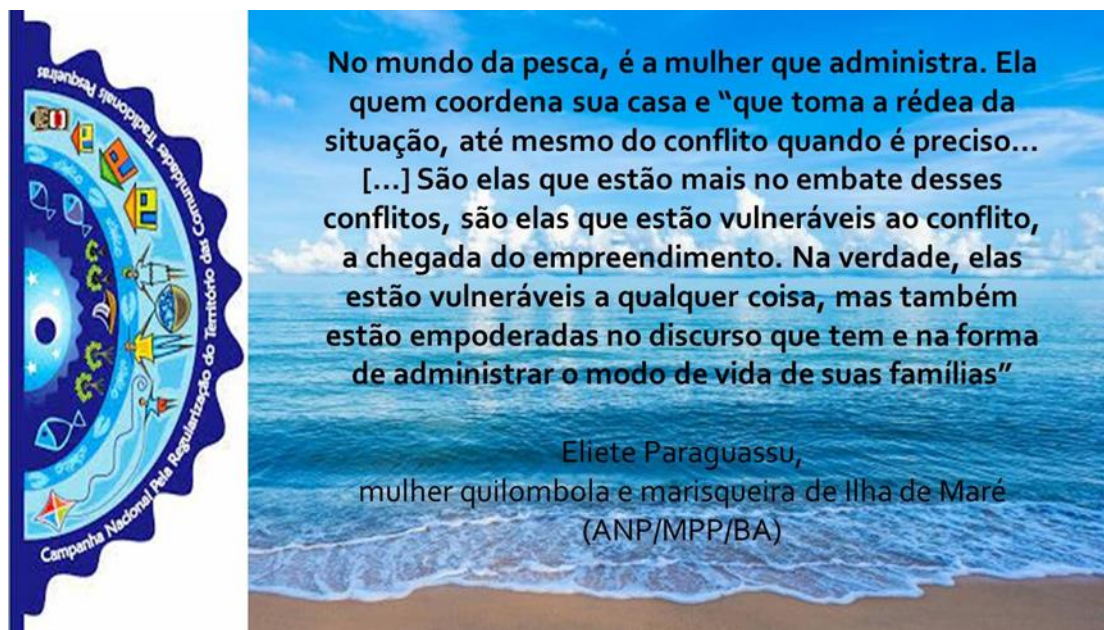
No mundo da pesca é a mulher que administra. Ela quem coordena a sua casa e quem toma rédea da situação, até mesmo do conflito quando é preciso...

[...] São elas que estão mais no embate desses conflitos, elas estão vulneráveis ao conflito, a chegada do empreendimento. Na verdade elas estão vulneráveis a qualquer coisa, mas também estão empoderadas no discurso que têm e na forma de administrar o modo de vida de suas famílias.

Eliete Paraguassu. (Mulheres das Águas. Novaes, 2016).

Começamos essa linha com o texto de Eliete Paraguassu, marisqueira e quilombola da Ilha de Maré – Bahia, para que possamos apresentar as cartografias do trabalho de reprodução da vida na pesca artesanal, pois compreendemos que as vidas dessas mulheres estão entrelaçadas, mesmo que elas estejam em lugares diferentes. Esses lugares compõem o território tradicional pesqueiro, e nele, as mulheres dividem os mesmos desafios e comungam da mesma luta. Elas estão presentes em vários espaços desse território, são diversas, são Elietes, são Marias, são Luizas e juntas e a sós são uma multiplicidade.

No primeiro encontro, realizamos um círculo de cultura cujo tema gerador estava relacionado com a leitura de mundo das marisqueiras. Nele, utilizamos como objeto relacional da arte, o texto de Eliete Paraguassu (Figura 5). Ao fazer a leitura de mundo a partir da leitura do texto, as marisqueiras compõem corpovivências cujos processos de subjetivação expressam gestão dos modos de viver no território.



**Figura 5. Texto de Eliete Paraguassu
(Imagem elaborada por Vladimir Félix a partir do *slogan* e do lema da
Campanha Nacional Pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais
Pesqueiras)**

...Eu concordo plenamente com ela, principalmente quando ela fala que nós mulheres somos empoderadas, né? Porque a gente dá conta de tudo. É impressionante como nós mulheres damos conta de tudo. Dentro de casa, fora... a gente dá conta de todo o recado (Claudilene. Diário cartográfico, 14 mai 2021).

Ao afirmar "*nós mulheres damos conta de tudo*", Claudilene valoriza o trabalho de reprodução da vida que as mulheres fazem em casa e fora dela. No entanto, esse "*dar conta de tudo*" merece uma problematização, uma vez que os processos de subjetivação e enunciação são agenciados pelo colonialismo capitalístico. Além disso, a realização do trabalho de reprodução da vida é feita sem poder contar com a contribuição, sobretudo, dos homens, e sem receber recompensas ou reconhecimento adequado pelas instituições governamentais e não governamentais.

Quando as atividades da pesca se encerram, a casa significa lugar de mais trabalho. Além de dar continuidade ao trabalho da pesca artesanal as mulheres ainda realizam os afazeres domésticos, como limpar a casa, e cuidar dos filhos e da alimentação. Para Silva Federici (2019), trata-se do trabalho de reprodução da vida, que mantém toda forma de vida e movimentam o mundo e a sociedade. Historicamente, o trabalho de reprodução foi reduzido pelo capitalismo ao trabalho doméstico e circunscrito ao corpo da mulher. Essa relação, além de produzir invisibilidade e desvalorização do trabalho doméstico e do corpo feminino, contribuiu para a categorização do trabalho pelo sexo, consequência do “sistema de gênero moderno/colonial” (Lugones, 2020, p.55).

A escritora Maria Lugones (2020) cria essa concepção para problematizar a teoria da colonialidade do poder de Anibal Quijano, segundo esse autor a colonialidade do poder e a modernidade controlam nosso modo de existir; contudo, Lugones amplia essa ideia, considerando a interseccionalidade de gênero, raça, classe e sexualidade. A autora argumenta que a exploração do corpo da mulher negra e pobre é uma forma de opressão que está enraizada na estrutura colonial que molda as relações de poder entre grupos sociais. Nesse sentido, a colonização criou subordinados de poder em gênero, raça e classe, em que grupos dominantes que, ainda hoje, usam a exploração e a opressão de outros grupos para manter seu poder e privilégios.

O sistema de gênero e o enunciado da marisqueira Claudilene “*dar conta de tudo*” podem ser compreendidos na narrativa de Dona Luiza, quando ela nos remete ao cansaço que acarreta o corpo da mulher marisqueira:

...Quando a gente sai para pescar, a gente vai com outras pessoas, mas para gente ficar pedindo toda hora as pessoas para pessoa ajudar a gente, é muito chato. Às vezes a pessoa quer, às vezes não quer... Quando a gente vai para o marisco, que vai

a turma tudinha, eu acho muito bom, bonito, porque a gente compartilha o que gente leva para comer, aquela alegria toda. A gente não se sente tão cansada. Quando chega em casa que é o problema... (Dona Luiza. Diário Cartográfico, 11 jun 2021).

Na narrativa de Dona Luiza, o princípio da comensalidade também emerge como enunciado dos processos de singularização e corpovivências das marisqueiras. Paradoxalmente, constatamos a coexistência da falta de solidariedade, em geral dos homens (sejam marido ou filhos), e da política de amizade e solidariedade entre as mulheres. O não dito do complemento da frase “*quando chega em casa que é o problema...*” nos faz pensar tanto na sobrecarga de trabalho relacionada ao tratamento e cuidado com os mariscos e aos afazeres domésticos, como também nos faz pensar sobre as dores no corpo relacionadas ao esforço repetitivo que, às vezes, com o passar do tempo, pode se constituir uma doença ocupacional do trabalho artesanal da pesca.

Nesse contexto, mulheres negras e pobres são, frequentemente, as mais sobrecarregadas com uma quantidade desproporcional desse trabalho em relação aos homens brancos e não brancos, e em relação às mulheres brancas. Portanto, a capacidade das mulheres de exercerem diferentes atividades é frequentemente resultado de uma exploração e opressão. De acordo com Rodin (2021) a interseccionalidade das categorias de gênero, raça classe e modo de vida das comunidades tradicionais, impõe às mulheres marisqueiras sobrecarga de trabalho, ao mesmo tempo em que cria um cenário de impactos à manutenção de territórios saudáveis e de ecossistemas sustentáveis e implicações psicossociais à saúde.

Nas narrativas das marisqueiras que compõem este estudo o cuidado com a casa, os familiares e com outras mulheres, além do cuidado com os ecossistemas e a luta pelo reconhecimento do território tradicional pesqueiro, também emerge como expressão dos processos de subjetivação cartografados: “*É... onde tá uma confusão, nos tamos pelo meio.*

Tão querendo tomar um pedaço de terra de uma pessoa, a gente vai lá dar grito e é assim, as mulheres sempre estão desse jeito”. (Dona Luiza. Diário Cartográfico, 14 mai 2021).

As comunidades tradicionais pesqueiras são comunidades extrativistas (Brasil, 2013) e dependem diretamente dos recursos naturais para a pesca e outras atividades relacionadas ao extrativismo, ao mar e à costa. Quando esses recursos são ameaçados, seja pela pesca predatória ou pelo desenvolvimento de empreendimentos econômicos de grande porte na zona costeira, as comunidades enfrentam desafios para manter seus modos de vida e garantir sua sobrevivência. Esses conflitos socioambientais, geralmente, afetam desproporcionalmente as mulheres e outras pessoas pertencentes às comunidades. Como apontado por Butler (2020), à vulnerabilidade é acentuada por questões sociais e pela precarização da vida, como desigualdades de gênero, raça e classe. Nas comunidades tradicionais pesqueiras, as mulheres desenvolvem atividades que dependem dos recursos naturais e quando os recursos naturais são ameaçados, as mulheres são particularmente afetadas e enfrentam dificuldades adicionais para garantir seu sustento e de seus familiares.

As corpovivências de Dona Luiza se assemelham com as de mulheres de outras comunidades, como a luta da Eliete Paraguassu na Ilha de Maré, a luta pela proteção do território e o cuidado que essas comunidades têm com o mundo:

É muito lindo porque quem está na trincheira da luta em Ilha de Maré e no mundo da pesca, são as mulheres. É a gente que ocupa, com os nossos corpos nas pistas, na BR, nesse enfrentamento. A gente sabe que quando um filho morre é a gente que sente a dor. Somos mulheres, somos mães, somos nós as chefes das casas. Ilha de Maré tem uma luta diferenciada e as pessoas se apaixonam pela luta da gente, que é uma luta justa e uma luta por direito a sobreviver no seu território. (Eliete Paraguassu, 2020).

Movimentos comuns ao da Ilha de Maré acontecem em outras comunidades da planície litorânea do Piauí, que além de mobilizar a própria comunidade, se entrelaçam com outras comunidades para lutar em prol do território. No Encontro Estadual da ANP - PI, Camila, coordenadora do Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP e integrante da ANP, diz que as mulheres são as que mais ajudam outras mulheres e que são elas as grandes guardiãs do território.

No contexto da pandemia de COVID-19, de parte do Ministério da Saúde - MS, houve ausência de políticas voltadas à vigilância sanitária e à mitigação da propagação do coronavírus. Os autores Brandão, Mendonça e Sousa (2023) descrevem sobre a atuação do MS durante a pandemia da COVID- 19. Seus estudos evidenciaram a falta de continuidade de ações de combate a pandemia e a discordância política entre ministério e Presidência da República. De acordo com esses autores, o primeiro-ministro da saúde, Henrique Mandetta, renunciou o ministério por discordar das políticas de enfrentamento da pandemia implementadas pelo Bolsonaro. O sucessor do ministério passou a ser comandado pelo médico do setor privado, Nelson Teich, que não apresentou proposta ou plano de ação no combate a pandemia, tornando o Brasil epicentro mundial da pandemia. Em menos de 30 dias, Teich renunciou após discordâncias com Bolsonaro sobre o uso da cloroquina no tratamento da COVID-19. A militarização do MS, com a nomeação do General Eduardo Pazuello como ministro interino, expôs a falta de preparo técnico e ações controversas realizadas durante sua gestão, como a promoção da cloroquina, interferência política, perseguição a servidores e ocultação de dados sobre a pandemia.

Além da falta de política no combate ao avanço da COVID- 19, ampliaram-se os conflitos relacionados com o território e as ameaças às comunidades tradicionais, resultando em perdas humanas e em processos de destruição de ecossistemas. Uma das implicações psicossociais dessa negligência foi o desamparo que afetou, principalmente, as mulheres,

pescadoras artesanais/marisqueiras, que se colocaram à frente da comunidade, fazendo um trabalho de educação e vigilância popular em saúde.

Portanto, nesse cenário pandêmico, evidenciaram-se as políticas de morte e o abandono à promoção da saúde nas comunidades tradicionais, corroborados pela falta de prevenção e cuidado e pelas dificuldades de acesso aos serviços de atenção à saúde e às políticas de assistência social. Em suas narrativas, as marisqueiras compartilharam implicações psicossociais desse acontecimento:

É porque como nós estamos nessa pandemia, à gente pensa tanta coisa ruim. Que não chega logo essa vacina pra todo mundo, né? A gente fica dentro de casa aí tem medo de entrar em depressão, sabe? Eu queria mudar isso... Por pensamentos positivos, né? (Natália. Diário Cartográfico, 25 jun 2021).

Eu mudaria todas essas coisas ruins que tá acontecendo, né? É... Felicidade, né? Eu mudaria pra felicidade porque diante tudo isso que nós estamos passando, né, então tem muitas pessoas que estão pensando só em coisas negativas, né? Então mudaria pra pensar em coisas positivas, né? Pra felicidade. (Roselena. Diário Cartográfico, 25 jun 2021).

As narrativas das pescadoras artesanais demonstram que, neste período, houve abandono do Estado em relação à saúde, a exemplo da demora na compra e distribuição de vacinas. Colocando em risco a saúde e a vida das pessoas, especialmente das mais vulneráveis, como as comunidades tradicionais pesqueiras. De acordo com Brandão, Mendonça e Sousa (2023) a aquisição e distribuição de vacinas apontaram falhas no que se refere a planejamento, além de desvio de verbas, corrupção, desacordo da presidência com as

orientações científicas e negligência em relação às medidas de prevenção da COVID-19 e controle do coronavírus, resultando em uma série de equívocos e retrocessos na condução das políticas de saúde. A vacinação no Brasil começou de forma lenta, no dia 17 de janeiro de 2021, contudo, desde agosto de 2020, o MS já havia recebido 3 ofertas para a aquisição de 70 milhões de doses de vacinas, com data prevista de entrega no mesmo ano. No entanto, o MS não teve interesse de responder e negociar as vendas das vacinas, atrasando o início do processo de imunização no território nacional.

As marisqueiras também expressam o desejo de transformação e acreditam na superação dos dias difíceis a partir do apoio comunitário. Isso se reflete na luta e resistência e persistência de superar os desafios impostos pelo Estado diante dos interesses econômicos exercidos por grandes empreendimentos. Esse desejo está presente nos encontros, na arte da pesca, na solidariedade e na luta em defesa das águas e do território, na preservação do ambiente e na busca pelo bem comum.

5. Quarta Linha: Corpovivências das Marisqueiras



**Figura 6. Mulher mariscando
(Foto: Vladimir Félix-Silva)**

A cata do marisco revela a multiplicidade do corpo da marisqueira, desde os pés firmes às mãos ágeis para movimentar e mergulhar nas águas. O trabalho das marisqueiras transcende a mariscagem; elas começam antes mesmo do contato com as águas, na preparação dos materiais de pesca e na jornada rio adentro, guiada pela coreografia das correntes e das brisas, pois no território das marisqueiras as atividades são conduzidas através da relação da mulher com a natureza. O retorno das águas não marca o fim das tarefas, mas o início de uma nova etapa, com o processo de cozimento (Figura 7) e limpeza dos mariscos, que por sua vez

exige mais força e movimento para retirar o marisco da casca (Figura 8) e assim vender e chegar a nossa mesa, um caminho marcado por esforço e dedicação.



Figura 7. Cozimento do marisco (Foto: arquivo pessoal)



Figura 8. Retirada do marisco da casca (Foto: Arquivo Pessoal)

Abrimos o terceiro encontro, realizado no dia 11 de junho de 2021, com uma fotografia de Antônio Luiz M. C. Costa (Figura 9) cuja legenda é “Desigualdade”. Explicamos que uma legenda ajuda a gente a fazer a leitura da fotografia. Depois, mostramos um registro fotográfico capturado por meu orientador (Figura 6), durante uma das mariscagem da que ele acompanhou em outras cartografias da pesca artesanal. Assim, o tema gerador desse terceiro encontro, tem a ver com este objeto relacional a arte, ou seja uma imagem de Luzânia, marisqueira de Ilha Grande, que traduz a multiplicidade do corpo para cata do marisco. Portanto, o tema gerador “Mulher mariscando” foi uma das legendas atribuídas pelas participantes da pesquisa e remete ao corpo-território das mulheres marisqueiras, pescadoras artesanais.

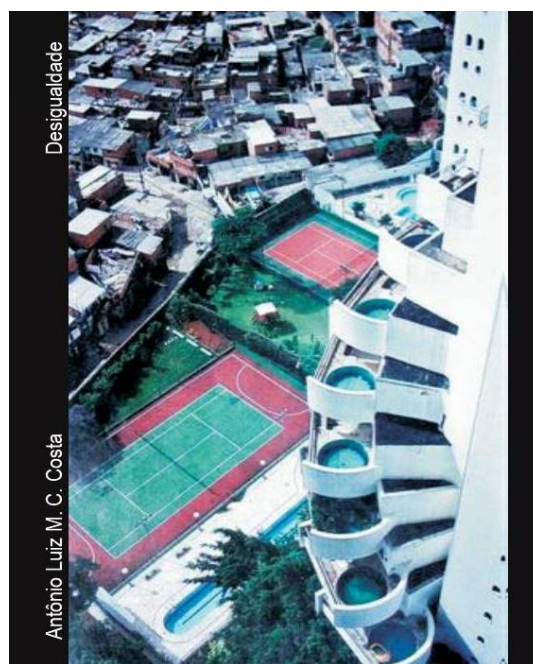


Figura 9. Desigualdade
(Foto: Antônio Luiz M. C. Costa)

Já Dona Francisca relaciona à figura da mulher marisqueira a uma mulher habilidosa por exercer várias funções com o corpo durante a cata do marisco:

A mulher marisqueira é uma mulher habilidosa. Uma mulher que tem habilidade de fazer várias coisas ao mesmo tempo... Ela segura o landuá com a boca e abre a sacola com as mãos, com o cotovelo ela segura a canoa. Então ela faz várias coisas ao mesmo tempo, mesmo com serviço pesado, ela está sempre com sorriso no rosto. (Dona Francisca. Diário Cartográfico, 11 jun 2021).

O corpo da mulher marisqueira é moldado pela dinâmica do território em que ela atua. Para Félix Guattari (2012a) o espaço e a corporeidade são conceitos interdependentes e se relacionam na construção da subjetividade e do sentido de pertencimento ao mundo.

No caso da cata do marisco, o espaço em que ocorre a atividade é a natureza, que oferece as condições necessárias para a sobrevivência. De acordo com Pena e Freitas (2014) o tempo das marisqueiras não é o tempo artificial, não seguem um relógio ou cronômetro, mas a relação com o trabalho é estabelecida em função do tempo natural, ou seja, no tempo das marés e do ciclo lunar.

O corpo da marisqueira, por sua vez, é o instrumento de trabalho que se adapta e se move em relação ao espaço natural para a cata dos mariscos. Contudo, o ambiente das águas é cheio de desafios e esses desafios implicam na qualidade de vida dos pescadores e pescadoras artesanais e que vão precisar de atenção e cuidados específicos. Apesar disso, de acordo com Santos Junior et al. (2022) “[...] existe um processo de naturalização do desgaste e do desconforto [...]”, contribuindo para que essas trabalhadoras não busquem atendimento adequado ou até mesmo não se afastem das atividades laborais, visto que, muitas vezes essa é a única opção de sobrevivência.

Eu não tenho mais medo de arraia. Porque foram 18 que me esporou. Aí eu já tô amiga delas (...) Já não sinto mais, já levei tantas esporadas que nem sinto mais a

dor. Já tô que nem quem toma essas vacinas (Dona Luiza. Diário Cartográfico, 11 jun 2021).

A naturalização da dor e a adaptação do corpo ao sofrimento emergem como expressão dos processos de subjetivação e corpovivências, tais como podemos observar na narrativa de Dona Luiza. A atividade da marisqueira exige uma percepção corporal para lidar os desafios das águas, ao mesmo tempo, adaptação para executar as atividades. A cata do marisco envolve um forte vínculo entre o corpo da marisqueira com o território, o que se reflete na forma como a atividade é realizada e na permanência da atividade da pesca artesanal mesmo no desconforto e no adoecimento. A relação entre espaço e corporeidade, portanto, é central para entendermos as práticas de subsistência e as relações sociais e culturais que se constroem em torno delas. Assim, no caso da mulher marisqueira, podemos dizer que seu corpo se adapta ao ambiente das águas e o tempo das marés e incorpora experiências e saberes adquiridos em seu cotidiano. Ao realizar as atividades relacionadas à cata do marisco, ela cria um corpo de conhecimento que articula práticas, conhecimentos técnicos e valores culturais.

Como mencionamos, anteriormente, as marisqueiras ficam expostas, diariamente, aos desafios das águas, e esses desafios podem comprometer sua saúde. De acordo com as cartilhas *A Saúde das Pescadoras Artesanais*, construídas a partir das discussões com pescadoras artesanais e organizadas por pesquisadores da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) e da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) e publicadas pela editora do Ministério da Saúde, os adoecimentos mais comuns na pesca artesanal são afogamentos, picadas ou lesões com animais marinhos venenosos, cortes e quedas, além de estarem sujeitas a desenvolver lesões devido à natureza repetitiva e intensa do trabalho que realizam. A atividade de pesca

artesanal envolve muitas tarefas manuais, como amarrar e desamarrar redes, manusear anzóis e redes, carregar e descarregar equipamentos, além de outras atividades que podem envolver movimentos repetitivos e esforço físico constante. Esses movimentos podem sobrecarregar as articulações, músculos, tendões e nervos, levando à inflamação e dor, o que pode resultar em lesão por esforço repetitivo – LER (Brasil, 2018a/2018b).

No estudo realizado em Saubara, Bahia, confirma a prevalência dessas condições entre as pescadoras artesanais. Os resultados apontam que fatores como idade, tempo de exposição à atividade de pesca e posturas inadequadas estão associados a um maior risco de desenvolvimento de distúrbios musculoesqueléticos. Além disso, os autores destacam que as marisqueiras executam todas as etapas do processo de produção, sobrecarregando principalmente os membros superiores e pescoço e provocando patologia dolorosa e piora na qualidade de vida (Falcão et al., 2019).

Diante esses desafios, o corpo da mulher marisqueira precisa de cuidado e atenção específica. Durante o encontro realizado com os residentes da Fiocruz com as marisqueiras no dia 20 de Outubro de 2022, sobre saúde das mulheres das águas e adoecimentos ocupacionais e outros adoecimentos, as marisqueiras pontuaram à dificuldade de acesso à política de saúde que atendam à comunidade e a necessidade da saúde das mulheres das águas, uma vez que a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas não contempla as questões que estão nas cartilhas desenvolvidas pelas próprias pescadoras artesanais.

Em outro estudo, realizado na região costeira do estado de São Paulo, Santos Junior et al. (2019) afirmam que a saúde do pescador artesanal tem necessidade específica, mas que existe uma lacuna para oferecer atendimento adequado, pois os serviços de Atenção Básica à Saúde enfrentam desafios para compreender as necessidades dessa comunidade.

No município de Eusébio no Ceará, as marisqueiras relatam inexistência de ações de saúde voltadas para os pescadores e pescadoras artesanais, demora na marcação de consulta e insatisfação nos serviços prestados (Lopes et al., 2021).

Além da dificuldade de acesso ao serviço básico à saúde da mulher e à consulta especializada, as marisqueiras de Ilha Grande pontuaram também na roda de conversa a inexistência do serviço de urgência e emergência no município em situações de acidentes de trabalho, esporada de arraia e outros, recorrendo, quando necessário, à cidade de Parnaíba-PI ou até mesmo à utilização de fórmulas caseiras para o alívio de dores.

A negligência à saúde dos povos das águas está relacionada com a falta de compromisso do Estado com as comunidades tradicionais, pois este de acordo Félix-Silva, Oliveira, et al. (2021, p.308) “[...] se ocupam cada vez menos com fazer viver e com a vida de algumas populações de classes e grupos sociais considerados vulneráveis, controlando taxas de natalidade e longevidade [...]”. Paradoxalmente, em nome do capital, os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) são ignorados, haja vista que o interesse do Estado é facilitar caminhos para que grandes empresas continuem ampliando seus lucros a partir da exploração do território, da destruição de ecossistemas e da precarização da vida.

Dito isso, podemos reconhecer os desafios de viver da pesca artesanal no enunciado da marisqueira Elizete que associa marisqueira à mulher em busca de sobrevivência:

Por que ela está em busca da sobrevivência? Porque em casa ela deixou vários filhinhos, ela não tem uma renda fixa, ela não tem um marido, aí o que ela vai ter que fazer? Enfrentar justamente esses desafios da água, do perigo de ser esporada para poder trazer alimento para os filhinhos e para ela também, né? (Elizete. Diário Cartográfico, 11 jun 2021).

Elizete é uma sobrevivente, alguém que enfrenta os desafios do dia a dia e segue resistente. Seu trabalho, seu cuidado com a casa e com o filho, sua habilidade em fazer a gestão financeira do pescado, além da sua arte de fazer crochê - todas essas atividades, tais como as atividades e artes das outras mulheres, são vistas como uma forma de resistência diante das dificuldades.

No texto *A comunidade das sobreviventes contra sobrevivência dos heróis*, Bru Pereira (2020) argumenta que, muitas vezes, a narrativa dos heróis na mídia e na história oficial, controlada pelos discursos hegemônicos, acaba por apagar as histórias das pessoas comuns que também sobrevivem e enfrentam dificuldades. Em vez disso, ela propõe apoiar e dar visibilidade às "sobreviventes", mulheres cis e trans que enfrentam diariamente a violência e a opressão.

Em um contexto no qual o território tradicional pesqueiro é, constantemente, ameaçado pelo avanço do capital, pelo ecocídio e o etnocídio, podemos afirmar que as mulheres marisqueiras, pescadoras artesanais, são sobreviventes. Cada mulher que compõe as cartografias destas corpovivências e que fala a voz do território das águas é uma sobrevivente, não é uma heroína, não é uma figura que se encaixa na narrativa de sucesso e poder. Mas são mulheres que sobrevivem a partir da coletividade e solidariedade. São corpos e vivências que se entrelaçam em linhas e formam uma imensa rede de apoio e de resistência.

6. Quinta linha: Cartografia do Bem Viver das marisqueiras

A maré não é só um espaço de trabalho, ela é também um espaço sagrado onde temos grandes referências. A gente cresceu e se criou nesse espaço e ele é sagrado, ali vivem orixás.

Eliete Paraguassu

O mangue, as águas, as florestas, os bichos, a terra e tudo que compõem o ecossistema são sagrados para as marisqueiras. Ele é vida e através dele é possível manter a arte da pesca e de vida.

O território é sagrado por carregar consigo as histórias dos seus ancestrais, das vidas humanas, não humanas e mais que humanas, das representações materiais e imateriais e das memórias sociais e coletiva. É por meio desses elementos que elas traduzem suas corpovivências e constroem modo de existir pensando na manutenção da comunidade, no respeito às diferentes vidas, na cultivação dos artefatos da pesca e na criação das práticas que promovem o bem comum para continuar existindo e resistindo.

Ensina-nos através do bem comum que podemos atrasar as consequências da violência das máquinas capitalísticas, pois o bem comum se dá em função do entendimento de construir uma sociedade melhor e para todos, todas e todes. Quando as marisqueiras usam modos artesanais para cata do marisco ou quando participam de movimentos contra os conflitos ambientais, elas além de contribuir para o território das águas, sustentam também nossa existência.

No livro *As três ecologias*, Guattari (2012b) manifesta que o desequilíbrio ecológico ameaça todas as formas de vida e apesar das ameaças que sofremos, temos uma consciência parcial dos perigos que nos assombram. Guattari (2012b) sugere a necessidade da consciência ético-estética e política para manutenção desse equilíbrio, considerando três aspectos: o meio

ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana. Para esse autor o que está em questão é o que iremos fazer daqui para frente para continuar sobrevivendo, pois, a verdadeira resposta à crise ecológica se operar numa revolução política, social e cultural.

Sobre a consciência humana, podemos citar o papel do ecofeminismo ao longo da história mundial, nas quais as ecofeministas demonstraram inquietação em cuidar do ecossistema para preservar a comunidade e o território. De acordo com Beltrán (2019), o ecofeminismo desenvolve proposta de transformação social a partir do reconhecimento da interdependência entre os seres humanos e a natureza. A natureza precisa do nosso cuidado, assim como precisamos da natureza para continuar existindo. Para além desse cuidado, o ecofeminismo, assim como a ecosofia proposto por Guattari (2012b), sugerem analisar a força da economia capitalista sobre a natureza. Para Guattari (2012b), a revolução da informática fez com que a tecnologia ocupasse mais espaço nas atividades humanas, capturando os modos de existir e de se relacionar, colocando em risco a consciência sobre os problemas atuais. Desta forma, a ecosofia busca impulsionar ações concretas que possibilitam aberturas de criação das práticas sociais, estéticas e de si para enfrentamento dessas forças dominantes e para manutenção da vida.

As pescadoras artesanais são um exemplo de grupo social que se relaciona de forma intensa com a natureza, mais especificamente com as águas e com os manguezais, que são importantes ecossistemas costeiros. Nesse contexto, mesmo sem usarem os termos ecofeminismo e a ecosofia, as pescadoras artesanais contribuem para o fortalecimento da luta das mulheres pela preservação do meio ambiente e pela valorização de sua atividade econômica, reconhecem a interdependência entre as mulheres e a natureza, destacando a importância do cuidado e da preservação do meio ambiente para a manutenção da vida humana. Isso significa que as pescadoras artesanais, por meio dos saberes e suas práticas, têm

um papel categórico na conservação dos manguezais e na garantia de recursos para suas comunidades.

A ecosofia, com sua proposta de análise crítica das forças dominantes que representam ameaças ao equilíbrio ecológico, tais como a economia capitalista e a tecnologia, almeja promover ações que favoreçam a criação de práticas sociais, estéticas e subjetivas inovadoras capazes de confrontar tais influências. Por meio de práticas sustentáveis e do conhecimento, as pescadoras artesanais demonstram uma relação de respeito com a natureza, em contraste com os sistemas econômicos que exploram os recursos naturais de forma predatória. Essas mulheres não apenas garantem a subsistência, mas também promovem a conscientização sobre a importância da sustentabilidade e da preservação ambiental, inspirando outras pessoas a repensarem suas relações com os ecossistemas locais e os modelos econômicos que os impactam.



Figura 10. Círculo de cultura com as marisqueiras, professor e estudantes do curso de medicina e do PPGPsi da UFDPAr (Foto: Arquivo pessoal)

Dessa maneira, as pescadoras artesanais/marisqueiras emergem como agentes de mudança, não apenas no âmbito local, mas como a representação de suas narrativas e suas práticas artesanais em relação humano-natureza impactam na vida de outras pessoas. Essas práticas podem ser percebidas quando as marisqueiras compartilham seus saberes ancestrais, culturais e o respeito a natureza para comunidade e visitantes (Figura 10), na participação nos movimentos contra os crimes ambientais e dos impactos na pesca artesanal, na promoção da economia solidária e no fortalecimento e organização nas lutas das mulheres.

Quando mostramos no quarto encontro a imagem de uma mulher indígena com a frase *Parem de nos matar* (Figura 11), a marisqueira Dona Luiza demonstrou preocupação diante dos crimes ambientais:



Figura 11. Mulher Indígena (Foto: AVAZZO Mundo em Ação)

Aí eles tão pedindo pra parar de matar eles, e nós também porque eles tão fazendo isso e não tão acabando né só com eles lá não, é com nós também. Por que é que tá vindo essa pandemia maldita pra nós? É porque tão queimando todas as matas. Aí

como que o ar pode respirar sem ter mata? Não pode. É por isso que ela tá dizendo "parem de nos matar". (Dona Luiza. Diário Cartográfico, 25 jun 2021).

As perguntas de Dona Luiza constituem uma problematização relacionada com a destruição dos ecossistemas e seus efeitos na humanidade. Essa problematização está intimamente ligada à ecosofia e ao ecofeminismo, que consideram a natureza como um sistema interconectado às ecologias social e mental e enfatizam a preservação ambiental para manutenção da vida humana e planetária, ou seja, o Bem Viver.

Esta perspectiva indígena não está relacionada à busca individual pelo bem-estar, mas é um modo de existência que envolve a coletividade, a solidariedade e o respeito com a natureza. Em contraste com o bem-estar ocidental de consumo e de desenvolvimento ilimitados, o Bem Viver valoriza a preservação ambiental, o respeito aos ciclos naturais e a busca do relacionamento saudável entre as comunidades humanas e os ecossistemas (Krenak, 2020; Sotón, 2019). Da mesma forma, as marisqueiras mantêm viva conexão com o meio ambiente através de suas práticas cotidianas no território e a subsistência baseada na pesca artesanal. A pesca artesanal, como mencionamos nas linhas anteriores, é passada de geração em geração, é conduzida com métodos sustentáveis, pelo conhecimento sobre os ciclos naturais e pelo respeito da regeneração dos ecossistemas.

Por outro lado, o Bem Viver das pescadoras artesanais e de outras mulheres de comunidades tradicionais sofrem com a pressão da modernização, das mudanças climáticas causadas pelo desenvolvimento econômico capitalista e das políticas governamentais que ameaçam suas práticas e a saúde socioambiental.

Nesse sentido, Dona Luiza interpreta a frase *"parem de nos matar"* como uma denúncia da opressão das comunidades tradicionais que dependem do meio ambiente para

sobreviver. Ela ainda destaca a necessidade de proteger a natureza para garantir a saúde e a sobrevivência das pessoas.

A opressão sobre as mulheres e a natureza são causadas pelo mesmo sistema de valores que hierarquiza e domina os seres humanos e a natureza. As formas de opressão refletem e reforçam desigualdades sociais, incluindo desigualdades de gênero, no caso da comunidade pesqueira, é possível perceber uma dimensão de gênero na medida em que as mulheres realizam papéis importantes na atividade pesqueira, na luta por reconhecimento do trabalho realizado pelas mulheres na pesca artesanal e os impactos do desenvolvimento e da colonização do território no modo de vida dessas mulheres.

Dona Luiza, com saberes ecofeministas, afirma que a opressão contra a natureza implica na nossa sobrevivência. A perspectiva ecofeminista reconhece as mulheres como protetoras da natureza e da vida, desta forma os saberes dessas mulheres contribuem para manutenção das práticas de Bem Viver nas comunidades tradicionais e para a sobrevivência da humanidade. Portanto, ao relacionar os impactos da exploração ao ecossistema com a sobrevivência das vidas humanas e não humanas, as marisqueiras reconhecem a urgência da consciência social sobre as comunidades tradicionais para garantir a valorização do trabalho artesanal, o fortalecimento comunitário e a preservação ambiental.

6.1 As implicações do bem-estar na saúde das comunidades tradicionais pesqueiras

A coletividade é o cerne das práticas cotidianas das comunidades tradicionais, nos quais os recursos naturais e o modo de vida são compartilhados em benefício de todos. Embora os conflitos possam ocorrer, essas comunidades têm como objetivo principal preservar o bem comum e a biodiversidade.

O conceito de bem-estar na perspectiva colonial-capitalística está associado a uma abordagem individualista, focada no desenvolvimento econômico predatório, no conforto

material e no aumento do capital, de modo que a realização pessoal, o sucesso profissional e a posse de bens materiais são consideradas alcance do bem-estar (Krenak, 2020). Nesse sentido, o bem-estar é medido pelo padrão de vida e conforto proporcionado pelos recursos materiais e tecnológicos; desconsiderando as diferentes formas de vida e modos de viver que não se enquadram ao modelo ocidental.

A introdução do bem-estar ocidental na comunidade tradicional pesqueira afeta a manutenção do Bem Viver dos pescadores e pescadoras artesanais, acarretando mudança no modo de vida, desigualdades sociais, injustiça ambiental, ameaças às vidas e adoecimentos socioambientais.

À medida que o desenvolvimento econômico capitalista e a modernização adentram essas comunidades, novos problemas emergem, muitos dos quais antes inexistentes. Entre essas questões, destacam-se a ansiedade, depressão e a chegada do narcotráfico, que representa um dilema crescente em todo território brasileiro, principalmente nas comunidades mais vulneráveis como no caso na comunidade da Ilha Grande, que teve um aumento da violência decorrente ao avanço do tráfico de droga na região.

De acordo com Santos-Veloso et al. (2019), na amostra de adultos acompanhados nos serviços primários de saúde, estima-se que aproximadamente 14,3% desses indivíduos em nível global sejam afetados pela depressão. No contexto brasileiro, essa taxa pode variar entre 21,4% e 31% e em relação à ansiedade, estima-se que até 33,7% da população.

Essas problemáticas são enunciadas nos encontros com as pescadoras artesanais, problematizando como as comunidades podem equilibrar sua forma tradicional de viver em coletividade e a preservação da saúde com os desafios impostos pelo desenvolvimento econômico predatório, as normas sociais e as ameaças trazidas pelo narcotráfico.

Dentre os desafios apresentados pelas mulheres, durante o Encontro Estadual da ANP, a violência emergiu como expressão dos processos de subjetivação; de tal modo que elas

elencaram o medo de pescar, a violência contra a mulher e a juventude capitaneada pelo narcotráfico (Figura 12).

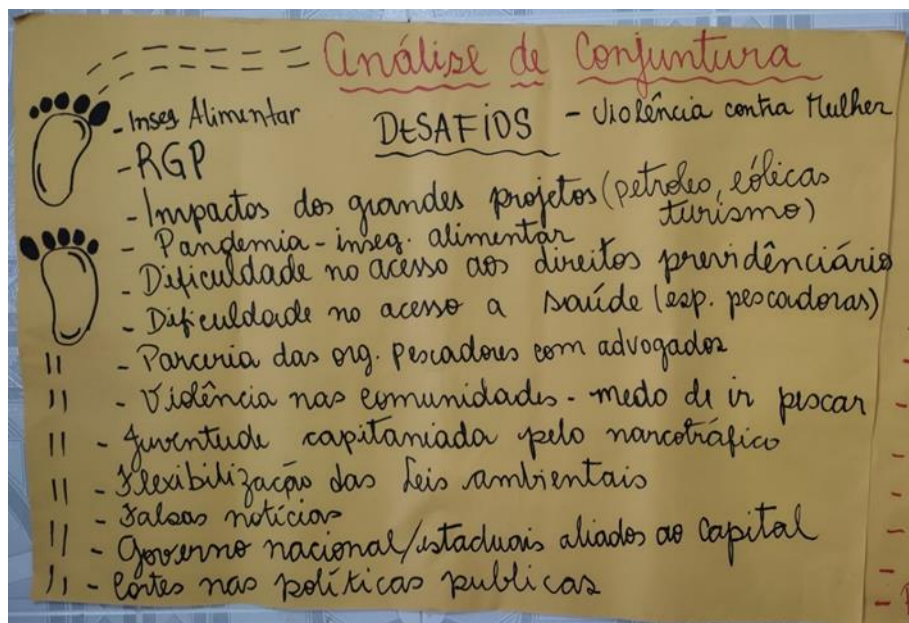


Figura 12. Desafios das comunidades tradicionais pesqueiras da planície litorânea do Piauí (Foto: arquivo pessoal)

O sofrimento psíquico decorrente ou não do uso abusivo de drogas já havia sido sugerido pelas marisqueiras como tema gerador dos encontros realizados na modalidade remota. Assim, Saúde Mental e Sofrimento Psíquico tornou-se tema gerador de dois círculos de cultura; realizamos o primeiro com o subtema depressão, no dia 09 de julho e o segundo com o subtema uso de álcool e outras drogas, no dia 23 de julho de 2021.

No encontro realizado no dia 09 de julho de 2021, algumas marisqueiras relacionaram o sofrimento psíquico a violência física, imposição de normas de gênero, problemas familiares, doenças (uso de álcool e outras drogas, dores, PTI – Púrpura Trombocitopenia Idiopática, depressão pós-parto) e transtornos neurológicos por membros da família (autismo e déficit de atenção).

...Às vezes quando eu ia buscar ela na sala de aula ficavam dizendo "A Valquiria não é normal?" Eu digo "É, porque você acha que ela não é normal? Ela é normal, ela

tem dificuldade de aprender como qualquer pessoa". De todas as formas a gente sofre preconceito (Francisca. Diário Cartográfico, 09 jul 2021).

Eu tenho uma filha mais nova que é a caçula, que tem doze anos, assim que ela iniciou, ela é uma criança que não gosta de, vamos dizer, brincadeiras que foram feitas para meninas, né? Ela não gosta. Aí uma vez a gente foi na Parnaíba, numa sapataria, logo a moça veio e ofereceu pra ela uma sandália rosa, ela não gosta da cor rosa. (...) Aí eu disse "Viviane, fale pra moça se você gostou da sandália ou não." Aí ela disse "Ah tá bonitinha", aí a moça disse "Esse bonitinho tá tão assim sem vida". Aí eu disse assim "É porque ela não gosta dessa cor rosa", aí a moça mostrou todas as cores e ela disse que queria a azul, aí a moça foi e disse assim " Mas azul é cor de homem", aí eu disse "Mas onde que tu ouviu essa palavra que azul é cor de homem?" (Francisca. Diário Cartográfico, 09 jul 2021).

Tem dia que eu choro igual uma cabra véa, eu choro mesmo. Tem dia que eu choro, choro porque que meu filho saiu assim? E logo dois problemas [PTI e déficit de atenção] de uma vez que não tem cura, e ele sofre bullying. Ele sofria, né, na escola. Ele se zangava lá, jogava a carteira, e pegava caderno e jogava nos meninos. Que ele tem dificuldade a ler né? Aí quando a professora botava ele pra ler na frente ele não conseguia, e aí era chacote dos outros, você sabe como é uma sala de aula com os outros alunos, né? Aí os meninos começavam a chatear dele, aí ele se zangava, era confusão (Vera. Diário Cartográfico, 09 jul 2021).

As marisqueiras compartilham experiências de exclusão e imposição de padrões sociais, que contribuem para manutenção das estruturas de opressão a partir da imposição de modelo de vida considerado ideal, mas que não se enquadra na realidade de muitas famílias.

A marisqueira Francisca traz na narrativa experiências com suas filhas, Valquíria e Viviane. Viviane é confrontada com expectativas de comportamento baseadas em padrões de gênero, com a pressão para gostar de brincadeiras e cores consideradas "para meninas" e Valquíria é julgada por sua dificuldade de aprendizagem.

Vera expressa o sofrimento psíquico causado pelos desafios enfrentados por seu filho, que é acometido por PTI e déficit de atenção. O filho de Vera sofre *bullying* na escola devido às dificuldades de aprendizagem, especialmente quando é colocado em situações que o expõem às suas limitações, como a leitura em sala de aula. A narrativa de Vera evidencia como a imposição de padrão escolar pode levar a estigmatização e a exclusão, afetando a saúde do seu filho e da família.

A subjetividade colonial capitalista que se manifesta nas estruturas sociais, impondo valores, comportamentos e pensamento, se apropria das diferenças culturais, étnicas e sociais para consolidar sua lógica de exploração e controle (Rolnik, 2018). Desta forma, a imposição de padrões hegemônicos impulsionados pelo capitalismo, seja pelo julgamento da dificuldade de aprendizado, seja pelo sofrimento causado nas expectativas de comportamento baseadas em padrões de gênero, contribuem para manutenção das desigualdades e exclusão.

As normas ocidentais fixam expectativas de comportamento de acordo com o gênero e saberes. A insistência na cor rosa para meninas e as formas de aprendizagem, são exemplos disso. Essas expectativas são reforçadas pela indústria, que capitaliza em cima desses estereótipos para vender produtos específicos para meninos e meninas e o sistema educacional reflete as expectativas de produtividade e padronização, o que pode resultar em dificuldades para crianças que não se encaixam nos padrões convencionais de aprendizagem.

O capitalismo, por sua vez, categoriza as pessoas com base em seu potencial de consumo e produtividade. Nos enunciados das marisqueiras, as crianças e suas famílias enfrentam discriminação e estigma devido à sua não conformidade com esse consumo e produtividade. A entrada do desenvolvimento capitalístico nas comunidades tradicionais é acompanhada de investimentos em infraestrutura, exploração de recursos naturais e com a falsa promessa de progresso. No entanto, essas mudanças não causam benefícios para comunidade, mas degradação ambiental, perda de valores culturais e desestruturação das dinâmicas sociais. Essas exigências de consumo, que precisa usufruir o que a mídia vende, podem afetar o modo de vida da comunidade, ocasionando em outras problemáticas, como o uso de álcool e outras drogas.

Conforme o Relatório Mundial das Drogas, após o início da pandemia da COVID- 19, os mercados de substâncias ilícitas se restabeleceram rapidamente, acelerando o comércio, com frequentes envios de maiores quantidades de drogas ilícitas. Em 2021, a fabricação de cocaína na América do Sul atingiu o recorde de 2.304 e houve um aumento nas apreensões e no volume de novas substâncias psicoativas sintéticas. O relatório demonstra preocupação com as comunidades mais vulneráveis da área da bacia amazônica. Na área da Amazônia, o tráfico e a produção de drogas estão acelerando a destruição de meio ambiente, através da ocupação do território indígena e ameaçam as espécies da fauna e flora da região. Os povos indígenas são vítimas da rede criminosa, uma vez que, sofrem com deslocamentos, violência, envenenamento por mercúrio e outras graves consequências para a saúde (Organização da Nações Unidas [ONU], 2023).

No encontro Corpovivências das mulheres das águas, realizado na comunidade Labino, na Ilha Grande, no dia 15 de maio de 2023, durante a oficina de corpovivências, conversei com uma das pescadoras artesanais sobre a relação da minha família com aquela comunidade, falei que minha mãe, na juventude, sempre ia para o Labino por entre as matas

para pegar caju, fruto rico na região. Contudo, a pescadora artesanal, conta com tristeza que essa prática era muito comum, mas que não é mais possível por conta da criminalidade. A pescadora nos mostra que o narcotráfico muda a rotina e as formas de viver da comunidade. Lugares que antes elas podiam percorrer livremente, hoje evitam passar temendo a violência.

A presença do tráfico tem gerado um clima de medo e insegurança entre pescadores e pescadoras artesanais, que passam a temer pela própria segurança e de suas famílias. O tráfico pode impor regras, e algumas pessoas podem deixar de pescar por medo da violência, o que afeta diretamente a economia local e a subsistência das comunidades. Além de aumentar a violência na região, o narcotráfico afeta também às relações familiares, como podemos observar nos encontros sobre Saúde Mental e Sofrimento Psíquico, nos quais algumas das marisqueiras relacionaram o sofrimento psíquico ao uso abusivo do álcool e outras drogas entre os membros da família. Dona Luz² nos conta no encontro realizado no dia 23 de julho de 2023, que o uso dessas substâncias entre seus familiares causa adoecimento e conflitos no ambiente familiar, uma vez que o membro da família se tornou uma pessoa agressiva.

Eu tenho um filho, né?... ele bebe muito, né? E afeta a família toda, pai, mãe, irmão. E ele é agressivo, não fisicamente, mas com palavras, né? As palavras dele são agressivas, principalmente comigo. Como ele já chegou para mim e disse que eu não sou a mãe dele, entendeu? Então eu ainda tô vivendo esse pesadelo todo ainda estou vivendo. (Luz. Diário Cartográfico, 23 jul 2021).

No caso das marisqueiras da Ilha Grande, o uso de álcool e outras drogas, aliado a falta de assistência à saúde mental tem gerado adoecimento e conflito no núcleo familiar. Como se não bastassem os processos de inclusão excludentes pelo sistema capitalístico, a

² Na narrativa da marisqueira, utilizamos pseudônimo Dona Luz para preservar a privacidade e identidade da pescadora artesanal e das pessoas envolvidas, devido à sensibilidade da experiência compartilhada.

entrada do narcotráfico em regiões mais vulneráveis é favorecida por esse sistema e intensificado pelas desigualdades sociais e a falta de acesso a serviços básicos. A presença de políticas de reconhecimento das comunidades tradicionais é, praticamente, inexistente, e as ações de saúde e segurança pública comunitária pelo Estado são limitadas.

Neste caso, as políticas de Redução de Danos (RD) poderiam contribuir no apoio familiar e individual, bem como minimizar os impactos do uso de álcool e outras drogas. De acordo com Costa e Silva (2024), em vez de focar na abstinência, a política de RD busca promover o cuidado integral ao sujeito, ofertando outras possibilidades de atenção e cuidado a saúde que viabilizam a garantia dos direitos humanos, a melhorias na qualidade de vida, a redução dos conflitos e a socialização.

No entanto, município da Ilha Grande não oferece serviço de apoio psicossocial, tampouco de urgência e emergência. Além disso, na plataforma da prefeitura municipal da Ilha Grande (2023) informa que não há atendimento nos finais de semana, exceto em campanhas específicas e em caso de emergência ligar para ambulância local.

Para atender uma população estimada de 9.274 habitantes, Ilha Grande conta com seis estabelecimentos de Saúde (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2022). Conforme o site CnesWeb – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (2023), os serviços de saúde da Ilha Grande são formados por Centro de Saúde Padre Pedro Quiriti, Posto de Saúde - PS Dona Maroca, PS Dr. Joao Silva Filho, PS Governador Mão Santa, PS Lohana Nascimento Silva e UBS João Furtado da Costa.

A atenção integral à saúde é composta por um conjunto de redes para contemplar as necessidades individuais e coletiva. No que se refere ao cuidado em saúde mental, trata-se da Rede de Atenção Psicossocial – Raps. A Raps é constituída por Atenção Básica em Saúde, Atenção Psicossocial Especializada, Atenção de Urgência e Emergência, Atenção Residencial de Caráter Transitório, Atenção Hospitalar, Estratégias de Desinstitucionalização e

Reabilitação Psicossocial (Brasil, 2011). Essa rede articula ações de cuidado à saúde mental através do acolhimento, atenção e assistência mais próxima do usuário e a inclusão social. No município de Ilha Grande, o serviço Raps não conta com os diferentes dispositivos da rede, privando a comunidade do cuidado integral à saúde mental mais próximo e efetivo.

Contrariando a política da Raps, nos últimos anos, a saúde mental foi marcada por retrocesso com a inclusão e financiamento do governo das Comunidades Terapêuticas (CTs) na Raps. As CTs operam sob um viés moralista e proibicionista, impondo uma abordagem punitiva e de abstinência que contrasta com as diretrizes da política nacional de RD. Além do mais, a postura racista, moralista e conservadora do Estado, contribui para a perpetuação de estigmas e discriminações e reforça práticas autoritárias e de repressão contra os usuários de álcool e outras drogas, resultando em um ciclo de exclusão e vulnerabilidade que impedem o acesso a cuidados de saúde adequados e no aumento da incidência da violação dos direitos humanos, corrupção, encarceramento e violência policial contra pessoas negras e moradores da periferias brasileiras (Silva & César, 2024; Duarte et al., 2024).

O livre acesso não é interrompido apenas pela violência do tráfico de droga, mas também pela instalação de parques eólicos com seus aerogeradores. Essas instalações roubam seus rios e território, que antes eram usados para pescar e realizar extrativismo de caju e outras frutas, e, hoje, o acesso da comunidade está limitada e a comunidade ameaçada pela possibilidade de ampliação desses empreendimentos. Na oficina sobre o Corpo-território, realizada no dia 11 de maio de 2023, na comunidade Labino no município de Ilha Grande, as pescadoras artesanais representaram o corpo das mulheres pescadoras e os elementos que fazem parte do território, como as águas, a fauna e a flora, bem como os atravessamentos que ameaçam as vidas, como a usina eólica (Figura 13).



Figura 13. Corpo-território (Foto: arquivo pessoal)

O desenvolvimento econômico causa impactos e podem gerar adoecimento da saúde física e mental das comunidades tradicionais pesqueiras, uma vez que grandes empreendimentos geralmente trazem mudanças no modo de vida das comunidades tradicionais, causando sentimento de perda, ansiedade e depressão.

No encontro da mariscagem, no percurso até o rio, Dona Luiza relata sobre um caminho que antes tinham livre acesso à área, porém hoje está limitada por uma cerca, impedindo as pessoas de circularem, de acessar os recursos naturais e interferindo na rotina da comunidade. Relatos como esse são comuns em comunidades tradicionais pesqueiras. No caso da Ilha Grande, o município está banhado pelo Rio Parnaíba e que dá acesso ao Delta do Parnaíba pelo porto dos Tatus. Essa aproximação contribui para o turismo predatório e para construção de hotéis, pousadas, restaurantes e marinas, que avançam de forma desenfreada no território, desrespeitando o modo de vida da comunidade e tirando o direito ao território pesqueiro da região. No capítulo *Comunidades tradicionais pesqueiras do Delta do Parnaíba*, do livro *Relações pessoa-ambiente na América Latina: perspectivas críticas, territorialidades e resistências*, os autores Félix-Silva, Gomes, Oliveira, Masullo et al., (2021), apresentam

narrativas de pescadores e pescadoras artesanais para descrever as políticas do luto decorrente da perda do território de existência. A narrativa de Maria, filha de pescadora da comunidade tradicional da Pedra do Sal, Parnaíba – Piauí, chama atenção pelas imposições das grandes empresas que bloqueiam e impedem a comunidade de circular no próprio território. As restrições e as mudanças no ambiente afetam o modo de vida e a relação íntima que essas comunidades têm com o local em que vivem há gerações, causando sentimento de impotência e de luto.

As narrativas compartilhadas por Dona Luiza e Maria e as cartografias do corpo-território traçadas pelas pescadoras artesanais mostram o cenário de violências e violações enfrentada pelas comunidades pesqueiras e outras comunidades tradicionais. Desta forma, a limitação de acesso aos recursos naturais, o turismo predatório, as imposições de restrições territoriais por grandes empresas, as ameaças as vidas e as mudanças socioambientais afetam não apenas o modo de vida, mas ameaça o passado, presente e futuro dos povos das águas.

O território é uma entidade viva que carrega consigo as histórias, a espiritualidade, as relações entre humanos e natureza (mais que humanos). Esse espaço é a expressão viva de suas corpovivências, das conexões das comunidades tradicionais com as águas, florestas e biodiversidade. Ao compreender o território como sagrado, reconhecemos a necessidade de protegê-lo para a sustentação das vidas, das nossas vidas. Portanto, a preservação desse território não é uma questão das comunidades tradicionais pesqueiras, mas de toda a humanidade.

7. Sexta Linha: Cartografias das linhas da arte e da pesca artesanal



Figura 14. Linhas (Foto: Letícia de Oliveira Evangelista)

Essa linha percorre por fios que se entrelaçam na linha da vida, da pesca artesanal e do crochê. As linhas do crochê e da pesca artesanal são poesias das mãos que transformam linhas em arte, nos quais cada laço é uma história, um sonho que desenha e que transforma fios soltos em tapeçarias, bonecas, redes, landuás, tarrafas. As linhas da vida se assemelham as tramas que compõem as linhas da pesca e do crochê, em que há nós que se desfazem e outros que nos tornam mais fortes, há pausa necessária, há movimentos e há criação de novos possíveis. Essas linhas se cruzam e conectam passado, presente e futuro, formando um mosaico de saberes, de encontros e de narrativas que se entrelaçam no grande bordado da existência.

Quando eu chego, também eu não gosto de ficar parada, vou fazer um crochê, um bordado (Elizete. Diário Cartográfico, 14 mai 2021).

E eu faço também crochê, nas horas [vagas], né? De vez em quando eu faço crochê para distrair a mente, né? (Tereza. Diário Cartográfico, 14 mai 2021).

Assim como Tereza que, nas horas vagas, faz crochê para produzir saúde mental e como Elizete que borda ou faz crochê porque não gosta de ficar parada, eu também ocupo as horas fazendo crochê para cuidar de mim mesma, depois de um dia de trabalho como profissional da saúde ou depois de assistir às aulas.

Durante a escrita dessas linhas, comecei a crochetar e a lembrar das histórias que minha mãe contava de como aprendeu a fazer crochê. Ela dizia que aprendeu sozinha, mas logo revela que em criança observa minha bisavó a trançar e que, na época ganhou da minha bisavó uma agulha de crochê artesanal feita de arame. Por algum momento as linhas do crochê formavam linhas de cuidados e em outros eram a única fonte de renda da nossa casa.

O crochê transcende de saberes ancestrais. Assim, constitui como guardião de histórias e memórias coletivas de um grupo social. Cada artífice tece também afetos entre gerações, mães, pais e filhos e filhas, família e comunidade e daqueles que usufrui da arte (Mourão & Oliveira, 2021). Assim como arte do crochê, a arte da pesca artesanal constitui de memória coletiva e de prática ancestral, enraizada na cultura de comunidades tradicionais pesqueiras e transmitida por gerações. No encontro da mariscagem, realizada no dia 26 de outubro de 2022, ao adentrar no rio com as marisqueiras para a cata do marisco (Figura 14), intensificou minha conexão com as linhas da pesca artesanal, reconectando-me com as práticas artesanais e com as histórias reveladas pelas marisqueiras referentes a vida, as águas e a biodiversidade. Essa experiência proporcionou a compreensão de reconhecer a riqueza dessas mulheres que não está centrada no acúmulo de bens e a importância das marisqueiras na preservação dos ecossistemas costeiros e a sustentabilidade das práticas de subsistência.

Toda minha ancestralidade tem implicação com a arte e com as águas. Ao reconhecermos essa conexão que temos em comum com a arte e com as águas, desde nosso primeiro encontro, eu e as marisqueiras fortalecemos nossa identidade cultural e valorizamos nossa ancestralidade que nos ajuda a manter vivas as tradições e a história das comunidades. Além disso, inspiramos outras mulheres a explorar e valorizar suas próprias conexões culturais com a arte, com a natureza e com o território das comunidades tradicionais do campo, da floresta e das águas.

O segundo encontro remoto foi desenhado a partir do tema gerador *Arte e Pesca artesanal*, já enunciado no primeiro encontro pelas marisqueiras. Desta forma, as corpovivências narradas, no nosso segundo encontro, estavam relacionadas com uma das artes da cartógrafa, o crochê, e artefatos da pesca artesanal, artesanatos e outras artes das linhas que fazem parte da vida das marisqueiras. Dentre as artes que faço, o crochê aprendi na infância com minha mãe e ela por sua vez aprendeu com as mulheres da família. As marisqueiras, também desde cedo, aprendem a confeccionar artes com linhas que foram repassadas de geração em geração, essas linhas dão formas à tarrafa, cofo, landuá (Figura 15), bem como outras artes como costuras, bordados, crochês (Figura 16), Neste encontro de mulheres artistas, compartilhamos histórias e múltiplas saídas que a arte com linha produz.



Figura 15. Landuá (Foto: arquivo pessoal)



Figura 16. Varada de rede em crochê (Foto: arquivo pessoal)

A partir dos enunciados, apresentei no segundo encontro uma peça de crochê com traços que desenham o rosto de Frida Kahlo (Figura 17), artista mexicana, conhecida por suas pinturas de cores vivas e pela representação nas artes sobre a vida, sentimentos e lutas pessoais. A escolha desse artefato foi pela representação que a Frida tem no movimento feminista e para arte e em contrapartida as artes feitas pelas marisqueiras, à participação dessas mulheres na comunidade pesqueira, os desafios enfrentados diante às normas de gênero e pela solidariedade entre as mulheres. A vida e obra de Frida e das pescadoras artesanais/marisqueiras nos inspiram a nos aproximar de que somos e a reivindicar nosso lugar no mundo.

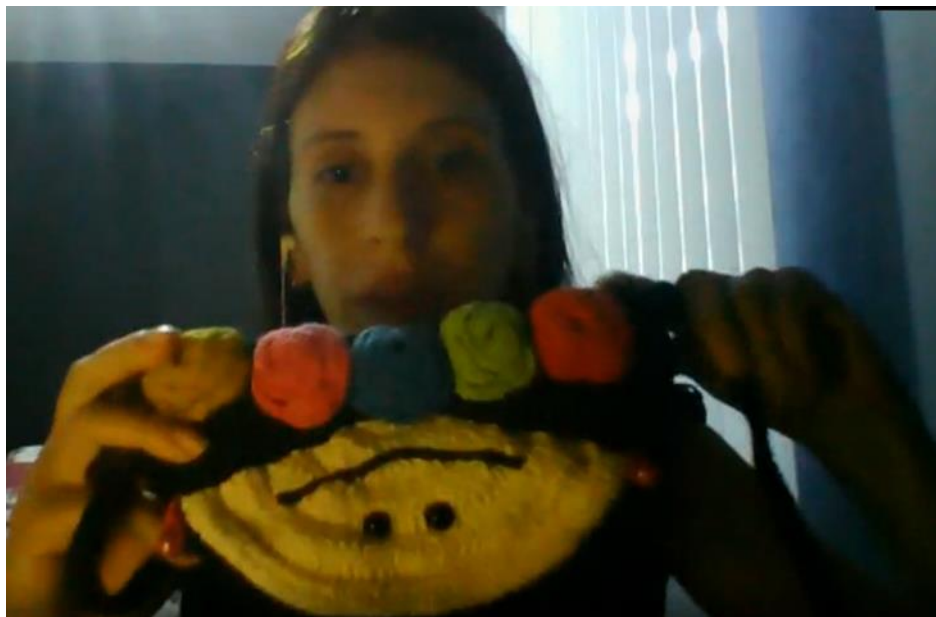


Figura 17. Arte da cartógrafa (Foto: arquivo pessoal)

A arte tem sido uma forma fundamental de expressão cultural e social para muitas comunidades ao longo da história, especialmente para mulheres dessas comunidades. A arte com linhas compõe as cartografias de minhas corporvivências e as corporvivências das mulheres marisqueiras, trazem nos fios da pesca e de outras artes suas histórias, tradições, luta e resistência.

A arte, no encontro com nosso corpo, se torna singular à medida que pode produzir em nós coisas antes não experimentadas. Ela comporta a potência de fazer diferir nossos modos de estar no mundo, através da criação e do rompimento com as prescrições que hoje enquadram nossas vidas a modelos com fronteiras tão bem demarcadas (Loraz et al., 2015, p.63).

Nesse sentido, as mulheres marisqueiras escrevem com o corpo, com o território das águas, escrevem com as linhas da pesca artesanal e com as linhas da arte seu modo de vida. A arte, ora apresentada como um refúgio para os dias ruins, ora como linha de fuga para garantir a sobrevivência.

À semelhança das narrativas das marisqueiras citadas no início desta linha, Dona Socorro e Roselena também evidenciam o uso da arte para preservação do cuidado de si:

...Aí também eu faço meu crochê, faço meu sabão, meu detergente, minhas coisas de limpeza. Eu procuro os vídeos aí vou fazer para não ficar pensando besteira, né? É muita coisa pra cabeça da gente, né? (Socorro. Diário Cartográfico, 14 mai 2021).

Quando eu tô fazendo arte a minha mente tá ocupada naquela coisa e eu não tô pensando besteira, né? Porque muitas das vezes a gente fica... Num momento que a gente tá sem fazer nada, a gente fica... né, pensando muita coisa. Ainda mais diante de tudo isso que a gente tá passando agora né? Diante dessa pandemia. Então pra mim é um exercício muito bom pra minha mente, muito bom. Eu me sinto feliz! (Roselena. Diário Cartográfico, 28 mai 2021).

Fazer crochê para promover saúde mental ou para produzir desvios no sofrimento psicológico é uma arte que está relacionada com a ideia de cuidado de si de Michel Foucault (Mizoguchi, 2016), que é uma prática que visa promover a saúde e o bem-estar através do autoconhecimento, da reflexão e da busca pela sabedoria.

Silva et al. (2022) relatam que, em uma oficina terapêutica realizada em Mato Grosso do Sul, que tinha o bordado como ferramenta para produção de diálogo entre as participantes, a arte emergiu como refúgio para enfrentar o sofrimento e lidar com o adoecimento. As narrativas das mulheres demonstraram que as atividades manuais funcionam como auxílio para lidar com preocupações e ansiedades (Silva et al., 2022).

Em nossa pesquisa, as narrativas das marisqueiras também demonstram que as atividades artesanais, como o crochê e o bordado, formam ferramentas para o cuidado de si,

são práticas manuais que servem para ocupar a mente e afastar pensamentos negativos ou preocupantes. Nesse sentido, o crochê, a produção de produtos de limpeza e as atividades de bordado mencionados, ajudam a distrair a mente, trazendo foco para a criação artística.

...Eu também tirava marisco, cuidava da casa, varria a casa, cuidava do marido, cuidava de menino e ainda ia cuidar dos meus netinhos. Mas agora, como eu vivo ruim das minhas pernas, não tiro mais marisco, mas eu me levanto quatro e meia da manhã para fazer tapioca, fazer cuscuz, boto na frente da minha casa e eu mesmo vou vender (Rita. Diário Cartográfico, 14 mai 2021).

A marisqueira Rita menciona uma série de atividades que ela costumava realizar, incluindo mariscagem, cuidar da casa, do marido, de crianças e dos netos. No entanto, devido a problemas de saúde, não conseguia mais catar mariscos. Apesar das dificuldades, ela ainda continua trabalhando e recorreu à arte da gastronomia, usando de suas habilidades culinárias para garantir a renda.

Portanto, quando as mulheres são obrigadas a se afastar da mariscagem, elas se envolvem com outras atividades socioeconômica e inventam novas possibilidades para garantir a economia de produção familiar. Não foi diferente durante a pandemia da COVID-19, principalmente nos primeiros meses do ano de 2020, no qual mantiveram o afastamento social para manter as medidas de segurança à saúde da comunidade. Durante esse período, as comunidades tradicionais pesqueiras tiveram sua economia bastante reduzida e as marisqueiras de Ilha Grande ficaram sem a renda originada dessa modalidade de pesca artesanal. Diante dessa nova configuração da realidade, essas mulheres tiveram que se reinventar para garantir a segurança alimentar. A marisqueira Claudilene nos conta que

sempre costurou, mas foi durante a pandemia que teve que se reinventar, confeccionando máscaras de tecido (Figura 18):

... a minha mãe tinha uma maquinazinha antiga e costurava nossas roupas, sabe. Minha tia cortava. Aí eu fui observando, aí eu fui fazendo "calçãozinho". Não sei se a madrinha Socorro lembra, mas era pros menininhos dela, com retalhos de pano. Aí com essa pandemia, essas coisas, a gente tem que se reinventar né? Daí eu comecei a fazer essas máscaras lindas. E pra mim também é muito gratificante porque infelizmente eu não posso dar, mas só em as pessoas vir aqui e comprar, e eu saber que elas vão tá protegidas por uma coisa que eu fiz é muito gratificante, gente. Só a gente que sente mesmo é que sabe... É claro que a gente não fica feliz, né? Seria bom que não tivesse nem tido, né. Mas teve e graças a Deus eu sei fazer uma maneira de as pessoas se protegerem e isso é muito bom, fico muito feliz com isso. (Claudilene. Diário Cartográfico, 28 mai 2021).

A reinvenção de si e o cuidado emergem como enunciação das cartografais da arte e corpovivências durante a pandemia. Na narrativa de Claudilene, podemos destacar, inicialmente, dois pontos relacionados com essas cartografias das marisqueiras: primeiro sobre a arte como um dos saberes repassados de geração em geração, por meio de uma aprendizagem de base comunitária que expressa um vínculo com a ancestralidade e serve para o lugar no qual a mulher experimenta a vida e enfrenta os desafios do cotidiano (Krenak, 2022). E o segundo ponto, a invenção de novas possibilidades de vida perante uma crise sanitária mundial e a mudança social e familiar. A arte, nesse sentido, é resistência, ela resiste aos conflitos, à violência, a destruição, às grandes catástrofes mundiais. Apesar de tudo e da

lógica do desenvolvimento capitalístico ameaça aos modos de vida das comunidades tradicionais, as marisqueiras continuam resistindo e criam possibilidades de vida e de mundo.



Figura 18. Confecção de máscara, durante a pandemia da COVID- 19 (Foto: arquivo pessoal)

Ao se dedicar a arte de fazer crochê, bordar, confeccionar calçãozinho e máscaras, tarrafas, landuás, cofos, redes de pescas e criar seus próprios produtos de limpeza, a mulher, pescadora artesanal, está cuidando de si mesma de várias maneiras. Elas encontram maneiras de se distrair, relaxar e se desconectar dos problemas cotidianos, o que pode ajudá-las a lidar melhor com o estresse do dia a dia.

No entanto, é importante lembrar que o cuidado de si não é apenas sobre atividades pessoais e individuais, mas também envolve aspectos políticos, sociais e coletivos, relacionados com a estética da existência (Foucault, 2010), como podemos ressaltar na felicidade ético-política de Claudilene ao entender que a criação da sua arte está relacionada com *“uma maneira de as pessoas se protegerem [do coronavírus]”*. Isso significa que, ao cuidar de si, a pessoa também pode estar ciente do cuidado para com o outro, com o mundo

ao seu redor e das formas como ela pode contribuir para torná-lo um lugar melhor (Mizoguchi, 2016).

A autora Bader Burihan Sawaia (2001), em seu texto *O sofrimento ético-político como categoria de análises dialética da inclusão/exclusão*, aborda a noção de felicidade ética, um conceito que se relaciona diretamente com o reconhecimento da justiça social e as condições políticas e sociais de uma determinada comunidade. Para Claudilene, a felicidade está na relação mediada pela produção das máscaras com a possibilidade de contribuir para a proteção das pessoas durante a pandemia, por meio da arte da costura. Nesse sentido, a produção de máscaras é uma maneira de agir eticamente em relação ao outro, visando à proteção coletiva.

Ao se preocupar e contribuir para a proteção coletiva, a marisqueira demonstra um engajamento político e ético ao valorizar a solidariedade, a vida em comunidade e o cuidado mútuo:

Nós fomos num conflito aí, naquele negócio da Pedra do Sal. Estavam querendo entraram lá, a gente se reuniu e foi fazer aquela manifestação lá na pista, aquela coisa tudo que o pessoal inventa, nos acompanha, porque tem que acompanhar mesmo. Ninguém vai deixar tomar o que é nosso. Às vezes ainda tomam, o que fazer? O pessoal chega com a cara de sonso e tomam tudo (Luiza. Diário Cartográfico, 14 mai 2021).

A lutar pela proteção do território trazida na narrativa de Dona Luiza e preocupação de Claudilene em confeccionar máscara para proteção contra COVID- 19, evidenciam que as marisqueiras estão cuidado com o mundo e com as gerações passadas, presente e futuras que dependem do território das águas para sobreviver e manter suas tradições e modos de vida. O cuidado com o mundo implica cuidado de si e com as relações sociais e políticas que moldam

nosso modo de vida e que muitas vezes geram desigualdades e exclusões. Nesse sentido, o cuidado com o mundo e com o território tradicional pesqueiro está relacionado com a luta contra a opressão e a exploração e a busca por justiça e a igualdade em todas as esferas da vida social.

Quando iniciamos essa linha falamos da nossa relação (a minha e das marisqueiras) com o crochê. Percebemos, através dessas linhas, que nossa vida estava interligada pela arte do crochê e a arte da pesca. Contudo, não são todas as marisqueiras que têm habilidades com o crochê ou bordado, artes essas associadas à figura feminina, como nos anuncia Roselene:

Pra falar a verdade, quando eu era pequena, a minha irmã me ensinou muito a fazer crochê, mas eu apanhava mais do que eu aprendia porque eu só aprendi a fazer aquelas, é, trancinha né? Mas os pontos eu nunca consegui aprender. As pessoas falam que eu só aprendi coisa de homem porque é o landuá, a tarrafa, a casueira. E eu gosto, eu gosto de fazer essas coisas. Eu não aprendi o crochê, mas aprendi essas outras (Roselene. Diário Cartográfico, 28 mai 2021).



Figura 19. Tarrafa em construção apresentado pela marisqueira (Foto: arquivo pessoal)

Roselene menciona que tentou aprender com a irmã a crocheter, mas não teve habilidade para desenvolver essa arte. Por outro lado, ela tem mais agilidade na construção de artefatos da pesca artesanal (Figura 19), porém essas experiências foram marcadas por violência. A violência de gênero pode ocorrer em qualquer contexto, inclusive nas atividades associadas à pesca artesanal. Às vezes, de forma sutil, muitas mulheres reproduzem práticas discursiva que expressam processos de subjetivação segmentados a estereótipos e não conseguem perceber tal violência, pois tal reprodução é vista como algo normal. Esse tipo de violência, além dificultar a valorização e o reconhecimento do trabalho feminino na pesca, corrobora para a produção de outros tipos de violência no trabalho.

No estudo realizado na comunidade de Bonifácio – Pará, os autores Vieira, Reis e Santana (2021) evidenciam como a categoria de gênero influencia no conhecimento pesqueiro e pelos espaços que os homens e as mulheres ocupam na pesca artesanal. Quando se trata da relação de gênero, algumas atividades da pesca artesanal, muitas vezes, são vistas como tarefas masculinas, enquanto as mulheres, historicamente, são associadas aos papéis secundários no processamento e venda de peixe ou nas atividades complementares, como assinalamos na introdução. No entanto, essa divisão de papéis de gênero não se reflete na realidade. Muitas mulheres assumem papéis mais ativos na pesca artesanal, tanto na pesca em si quanto no gerenciamento das atividades pesqueiras.

Podemos perceber o estereótipo de gênero presente nas atividades aprendidas, quando a marisqueira problematiza a representação do crochê, no imaginário social, a uma atividade "feminina" e as atividades de pesca artesanal, como a arte de confeccionar o landuá, a tarrafa e a casueira, como "coisas de homem". Essa dicotomia de gênero pode reforçar papéis estereotipados, limitando as possibilidades das pessoas de explorarem seus interesses e habilidades sem serem julgadas ou discriminadas. A ideia "coisas de homem" é uma expressão da cultura machista e sexista que desvaloriza as atividades realizadas pelas

mulheres, reforçando a desigualdade e a violência de gênero. Apesar dessa relação de gênero imposta, socialmente, sobre diferentes atividades, Roselene, assim como outras pescadoras artesanais, resiste e continua desenhando entre linhas landuás e tarrafas.

Nesse sentido, as diferentes linhas da pesca artesanal representam bordados vivos das corpovivências das mulheres das águas, sejam crochês, sejam tarrafas ou outras múltiplas linhas que desenharam e dão formas ao modo de vida nas comunidades tradicionais pesqueiras. As marisqueiras traçam em fios seus desejos, saídas, cuidado de si e de outras pessoas, por meio da criação artística ou na reinvenção de novas maneiras de garantir a renda familiar. As artes guardam as memórias de suas tradições e representam os movimentos contra os desafios de gênero, desigualdades sociais e os conflitos territoriais. Elas expressam vida e transformam por entre linhas os desafios em novas criações e as dores em Luta por justiça social.

Linhas sem fim

As linhas que tecem as comunidades tradicionais são infinitas, pois são tecidas com os saberes ancestrais que transcendem o tempo. Fazem parte do nosso passado, presente e continuarão vivas no futuro. Essas linhas pulsam com o ritmo da terra, das águas e dos ventos, manifestando-se nos cânticos das rezas, nos passos das danças, nos sabores das comidas, nas cores das artes e nas narrativas dos encontros.

Essas linhas estão presentes no sentimento de pertencimento que as mulheres têm com o território, no cuidado e respeito pela natureza e na luta e força que sustentam e nutrem a vida comunitária. Apesar dos impactos da modernidade e do avanço do desenvolvimento capitalista nos territórios, essas comunidades resistem, reinventando-se e transformando-se, sem perder os fios que entrelaçam seu modo de viver tradicional.

As linhas desta cartografia iniciaram ao me reaproximar da comunidade tradicional pesqueira ao meio do caos da pandemia da COVID- 19. Ao longo do período pandêmico, as comunidades tradicionais pesqueiras foram marcadas pela incerteza de dias melhores e os velhos desafios ficaram mais evidentes. Após este período de distanciamento social e da flexibilização das regras de enfrentamento da pandemia, no ano de 2022 foi promovido o Encontro Estadual da Articulação Nacional das Pescadoras, este foi o primeiro encontro presencial da ANP no Piauí, porém as narrativas ainda carregavam as dores deixadas pelo vírus e o abandono do Estado.

Durante este processo cartográfico foram marcadas também pelas minhas próprias limitações, distância geográfica, a logística e a dificuldade em conciliar trabalho e mestrado, que se confrontavam com o sentimento de impotência diante das notícias que iam surgindo dos territórios pesqueiros, como no caso da comunidade do Cajueiro da Praia, onde ocorreu derrubada de pesqueiras em 2020 e mais recentemente pela Projeto de Emenda à

Constituição 03/2022, a PEC da privatização dos territórios de marinha, que visa transferir sua titularidade para estados, municípios e particulares.

No caso do Cajueiro da Praia, nos últimos anos, notamos o aumento da grilagem de terras e de ameaças da vida das pescadoras e dos pesadores artesanais. De repente, uma remota comunidade de pescadores, torna-se alvo de grandes empresas, acarretando mudanças no modo de viver e na transformação do cenário geográfico. Como era fácil andar por entre as matas e trilhas, descer morros, banhar nas águas, subir nas árvores, recolher os frutos, e hoje esbarramos com cercas, proprietários de terra, ameaças e o medo de perder a nossa história, a própria vida e dos nossos.

Apesar dos desafios, ainda temos a arte. As marisqueiras representam a continuidade e preservação da expressão artística e cultural, bem como são guardiãs e transmissoras do conhecimento de mulheres que viveram e que continuam vivas nas artes e nas diferentes formas de vidas. Foi através da arte que as marisqueiras narraram suas histórias, vidas e as múltiplas atribuições exercidas pelas mulheres na comunidade pesqueira, bem como os desafios enfrentados por elas no território. As marisqueiras na comunidade tradicional participam em todas as etapas da mariscagem, são atuantes na luta, são líderes comunitárias, filhas, esposas e mães que defendem, cuidam e ensinam para as filhas e filhos a arte da cata do marisco.

De forma infinita, os modos tradicionais e as linhas das artes são transmitidas para as gerações futuras. Contudo, não é um processo linear, ao contrário, as mulheres no território pesqueiro enfrentam uma série de implicações. Enfrentam desafios como mães, muitas vezes assumem integralmente a responsabilidade pelos cuidados dos filhos e do lar, sem o auxílio dos parceiros e de outros membros da família. Enfrentam desafios por serem mulheres, diariamente são afrontadas pelas imposições sociais construídas pela questão de gênero, que as delegam papéis historicamente determinadas ao corpo feminino. Enfrentam desafios

inerentes ao abandono do Estado e ao avanço do capitalismo que emergem como forças que desrespeitam e desestabilizam os modos de vida tradicional, resultando na destruição e na transformação do território e atingindo as mulheres de forma desigual em relação aos homens, pois são elas que estão à frente no cuidado da comunidade e nos movimentos de luta no território pesqueiro.

Cada mulher que contribuiu para esta cartografia de corpovivências traz consigo uma voz de luta, uma voz que ecoa através dos séculos, ecoando os suspiros de milhares de vidas e de sonhos e encontram na arte com linhas e na pesca artesanal, força para sobreviver e lidar com os dias difíceis; e nos movimentos sociais, buscam a valorização e o reconhecimento do trabalho realizado pelas pescadoras artesanais.

Hoje, enquanto olho as artes produzidas pelas mulheres da minha família e pelas mulheres marisqueiras, contemplo sua habilidade em criar e de manter viva através da arte sua história, mas também compreendo a luta e resistência das mulheres que as criaram. É um lembrete de que, apesar das dificuldades e das injustiças, a criatividade das mulheres pescadoras artesanais é capaz de transcender todas as fronteiras e de manter viva seu passado e as práticas tradicionais para as gerações futuras.

As marisqueiras também nos fazem refletir sobre o conceito de riqueza que promova a vida e nos ensinam que a verdadeira riqueza está na vida comunitária e no apoio mútuo, uma lição de sobrevivência e que os povos tradicionais entendem e reconhecem há séculos. Isto ao contrário do capitalismo de riqueza, que usa e explora de forma desenfreada os recursos naturais para a acumulação de bens e do próprio bem-estar, este é insustentável.

Como afirma a marisqueira Dona Luiza em sua narrativa: *“Nós somos é rica! Tá faltando é o dinheiro, mas nós somos ricas!”*. É nas águas, no território, na comunidade que as mulheres marisqueiras encontram sua riqueza. O respeito e a responsabilidade que os povos das águas cultivam com o ecossistema, faz desse lugar uma fonte de vida.

Compreendemos com as mulheres marisqueiras que a riqueza reside nas práticas de bem-viver. Que a riqueza é viver em comunidade. Que riqueza é sentir-se parte da natureza, é cuidar e respeitar a vida humana, não humana e mais que humana. Que riqueza é valorizar e preservar os saberes tradicionais. Que a riqueza é conhecer nossa ancestralidade e saber quem somos. Que a riqueza é lutar por mundo mais justo e melhor. E que a riqueza é um sonho coletivo pelo bem comum.

Prossigo o meu crochê e entrelaçando por estas linhas como um gesto de reverência as mulheres que precederam com sua fortaleza e à coragem de cultivar viva os modos tradicionais, o respeito a biodiversidade e a espiritualidade. Além disso, a preservação das práticas ancestrais, a valorização das mulheres pescadoras artesanais, a promoção de políticas de saúde e vida e a luta contra o avanço das grandes empresas sobre os territórios tradicionais, são responsabilidades de todos, todas e todes nós. Pois quando um rio é privado de sua vitalidade, quando as matas são destruídas, é o tecido da existência que se desfaz, afetando a todos indiscriminadamente.

A narrativa de Dona Luiza, ao declarar que é rica, revela sua sabedoria tradicional, a conexão com a terra e as águas e os laços comunitários. Que possamos integrar esses saberes tradicionais em nossas lutas, pesquisas e práticas profissionais. A Psicologia, ao somar o conhecimento acadêmico e científico com as experiências e percepções das marisqueiras e de outras comunidades tradicionais, amplia a reflexão das práticas de enfrentamento aos desafios ambientais e sociais contemporâneos, bem como movimenta devires na luta pelo comum e do reconhecimento e valorização da cultura e práticas dos povos tradicionais.

Referências

- Baniwa, L. & Fabrini V. (2020). *Nós, entre ela e eu*. Terena Naine & Duarte, Andreia (Orgs). Teatro e os Povos Indígenas: Janelas Abertas para a Possibilidade.
- Beltrán, E. P. (2019). Ecofeminismo. In: Solón, P. (Org) (2019). *Alternativas sistêmicas: Bem Viver, descrescimentos, comuns, direitos da Mãe Terra e desglobalização* (pp. 113-143). São Paulo: Elefante.
- Brandão, C. C., Mendonça, A. V. M., & Sousa, M. F. de .. (2023). O Ministério da Saúde e a gestão do enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. *Saúde Em Debate*, 47(137), 58–75. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202313704>
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa (2013). *Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta* (1a ed). Brasília: Editora do Ministério da Saúde. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_cam_po.pdf
- Brasil. (2011). Ministério da Saúde. Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Rede de Atenção Psicossocial – RAPS. Diário Oficial da

União. Disponível em:
https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html

Brasil. (2018a). Ministério da Saúde. *A Saúde das Pescadoras Artesanais Atividades de Pesca: rios, lagos e lagoas*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde.

Brasil. (2018b). Ministério da Saúde. *A Saúde das Pescadoras Artesanais Atividades de Pesca: mariscagem e pesca em mar aberto*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde.

Brito, C. I. (2019). Uma análise sócio-histórica da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP). In. Martinez, S. A. M. & Hellebrandt, L. (Org). *Mulheres na atividade pesqueira no Brasil*. Campos dos Goytacazes, RJ: EDUENF.

Butler, Judith (2020) *Vida precária: os poderes do luto e da violência* (1a ed), Belo Horizonte: Autêntica.

Butler, Judith, (2015). *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética* (1a ed). Belo Horizonte, Autêntica Editora.

Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (2023). Estabelecimento de Saúde do Município: Ilha Grande. Disponível em:
https://cnes2.datasus.gov.br/Lista_Es_Municipio.asp?VEstado=22&VCodMunicipio=220465&NomeEstado=

Carta Capital (2023). André de Paula assume a Pesca e diz que a recriação da pasta marca ‘o resgate da cidadania’. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/andre-de-paula-assume-a-pesca-e-diz-que-a-recriacao-da-pasta-marca-o-resgate-da-cidadania/>

Costa, R. O. & Silva, A. X. (2024). A Política de Saúde Mental e Drogas no Brasil em tempos ultraneoliberais. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, 22 (54), 54-67. Rio de Janeiro: UERJ/Faculdade de Serviço Social, Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/index>

Deleuze, G., & Guattari, F. (2012). *Mil Platôs* (Volume 3). São Paulo: Editora 34.

Deleuze, G., & Guattari, F. (2011). *Mil Platôs* (Volume 1). São Paulo: Editora 34.

Deleuze, G. (2002). *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta.

Duarte, M. J. de O., Furtado, D. B., Tomaz, M. & Silva, T. R. da (2024). Drogas, proibicionismo e cuidado em liberdade: desafios à política pública. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, 22 (54), 24-38. Rio de Janeiro: UERJ/Faculdade de Serviço Social, Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/index>

Falcão, I. R., Rêgo, R. C. F., Couto, M. C. B. M., Pena, P. G. L., Andrade, L. L., Müller, J. dos S., Viana, W. S., & Lima, V. M. C. (2019). Fatores associados com os distúrbios

musculoesqueléticos em pescadoras artesanais/marisqueiras em Saubara, Bahia, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(7), 2557–2568.

Federici, S. (2020). *Capitalismo, reprodução e quarentena*. (Breda T, Tradutor). N-1 edições. Disponível em: <https://www.n-ledicoes.org/textos/92>.

Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e vida feminista*. Elefante: São Paulo.

Félix-Silva, A. V., Gomes, C. B. S., & Araújo, J. L. S. (2021). Luto e sobrevivência: a luta das comunidades tradicionais pesqueiras nos contextos da pandemia da Covid-19. *Estudos de Psicologia*, 26(3), 286–297. Disponível em: <https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/epsic/article/view/20811>

Félix-Silva, A. V.; Oliveira, M. M. S. & Bezerra, L. L. S. (2021). Cartografia da luta e resistência de uma comunidade de pesca artesanal. *Saúde em Debate*, 44(1), 303-315. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E221>
<https://doi.org/10.1590/0103-11042020E221I>

Félix-Silva, A.V., Gomes, C. B. S., Oliveira, M. M. S., Masullo, A. S. C., & Rocha, F.M. R., (2021). Comunidades tradicionais pesqueiras do Delta do Parnaíba. In.: Farias, T. M.; Olekszechen, N.; Brito, M. A. M. (Orgs.). *Relações pessoa- ambiente na América Latina: perspectivas críticas, territorialidades e resistências* (pp.225-240). Porto Alegre: Abrapso Editora.

Foucault, M. (2010). *Repensar a política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (1979). A governamentalidade. In.: Foucault, M. *Microfísica do Poder* (pp. 277-293). Rio de Janeiro: Edição Graal.

Gago, V. (2020). Corpo-território: o corpo como campo de batalha. In.: Gago, V.. *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. São Paulo: Elefante.

G1 Piauí (2022). *Novas manchas de óleo foram encontradas em quatro praias do Piauí*. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2022/10/24/novas-manchas-de-oleo-foram-encontradas-em-quatro-praias-do-piaui-semar-monitora.ghtml>

Goes, L. O. & Cordeiro, R. L. M. (2018). A mulher pescadora no cotidiano da pesca Artesanal. *Psicologia em Revista*, 24(3), 778-796. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n3p778-796>

Gonçalves, A. M. (2009). *Um defeito de cor* (5a ed). Editora Record: Rio de Janeiro e São Paulo.

Guattari, F. & Rolnik, S. (2013). *Micropolítica: cartografia do desejo* (12a.ed), Petrópolis, RJ: Vozes.

Guattari, F. (2012a). *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34.

Guattari, F. (2012b). *As três ecologias* (21a ed). Campinas, São Paulo: Papirus.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023). População no último censo – Ilha Grande. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/ilha-grande/panorama>

Kastrup, V., & Barros, L. P. (2009). Cartografar é acompanhar processos. In: Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp.52-75). Porto Alegre: Sulina.

Krenak, Airton (2020). Caminhos para a cultura do bem-viver. In: Bruno Maia (Org). *O Bem Viver e o sentido da natureza*. Semana do Bem Viver da Escola Parque do Rio de Janeiro.

Krenak, Airton (2022). *Futuro Ancestral* (1a ed). São Paulo: Companhia das Letras.

Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/aquicultura-e-pesca/legislacao/legislacao-geral-da-pesca/lei-no-11-959-de-29-06-2009.pdf/view>

Lacaz, A. S., Lima, S. M., & Heckert, A. L. C.. (2015). Juventudes periféricas: arte e resistências no contemporâneo. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), 58–67. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n1p058>

- Lopes, I. B. S., Bezerra, M. G. V., Silva, L. R. C., Andrade, N. S. M., Carneiro, F. F., & Pessoa, V. M.. (2021). Saúde das trabalhadoras da pesca artesanal: cenários desconhecidos do Sistema Único de Saúde (SUS). *Revista Brasileira De Saúde Ocupacional*, 46, e5. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000028719>
- Lugones, M. (2020). Colonialidade e gênero. In. Holanda, H. B. de (Org). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* (1a ed., pp. 52-83.). Rio de Janeiro: Bazar do tempo.
- Mbembe, A. (2021). *Brutalismo* (1a ed.). N-1 edições: São Paulo.
- Mizoguchi, D. H. (2016). Os dispositivos e o cuidado de si: a invenção do presente. *Estudos de Psicologia*, 21(1), janeiro a março de 2016, 69-79.
- Mondardo, M. (2021). Povos indígenas e comunidades tradicionais em tempos de pandemia da Covid-19 no Brasil:: estratégias de luta e r-existência. *Finisterra*, 55(115), 81–88. Disponível em: <https://doi.org/10.18055/Finis20364>
- Mourão, N. M., & Oliveira, A. C. C. (2021). Memória do crochê: cultura afetiva em objetos biográficos. *Revista De Ensino Em Artes, Moda E Design*, 5(2), 69–88. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/25944630522021069>

Novaes, B. (2016). *Mulheres das Águas*. Vídeo Saúde Distribuidora. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=P62sFliw7K8&ab_channel=VideoSa%C3%BAdeDistribuidoradaFiocruz

Paraguassu, E. (2020). Os monstros invisíveis do desenvolvimento contra um território sagrado. Instituto mulheres economia. *Políticas da pandemia: mulheres, economia e saúde*. Disponível em: <https://institutoimue.org/category/publicacoes/series-pt/>

Pereira, Bru (2020). *A comunidade sobrevivente contra a sobrevivência dos heróis*. N-1 edições.

Portaria SAP/MAPA nº 265, de 29 de Junho de 2021. Estabelece as normas, os critérios e os procedimentos administrativos para inscrição de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira, na categoria de Pescador e Pescadora Profissional, e para a concessão da Licença de Pescador e Pescadora Profissional. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-sap/mapa-n-265-de-29-de-junho-de-2021-329120345>

Prefeitura Municipal de Ilha Grande (2023). Saúde - relação de médicos e dentistas. Disponível em: https://ilhagrande.pi.gov.br/noticias/noticia/sa%C3%9Ade_-_rela%C3%87%C3%83o_de_m%C3%89dicos_e_dentistas-73

Rago, M. (2013). *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções de subjetividade*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

- Ribeiro, C. M. (2021). *Cartografia dos processos de subjetivação e enunciação dos movimentos sociais pesqueiros: ANP e MPP*. [recurso eletrônico]. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr.
- Rodrigues, C (2021). O corpo infeliz. In.: Rodrigues, C. *O luto entre clínica e política: Judith Butler para além do gênero* (pp. 137-156). Belo Horizonte: Autêntica.
- Rodin, P.. (2021). Interseccionalidade em uma zona de sacrifício do capital: a experiência de mulheres negras, quilombolas e marisqueiras da Ilha de Maré, baía de Todos os Santos (Bahia, Brasil). *Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais*, 23, e202133. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202133pt>
- Rolnik, S (2018). *Esferas da Insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 edições.
- Rolnik, S. (2011). *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.
- Santos Junior, C. F., Poletto, P. R., & Batista, S. H. S. S., (2022). Colônias de pescadores da região costeira do Estado de São Paulo: empoderamento, saúde e qualidade de vida. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 26, e210607. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.210607>
- Santos-Veloso, M. A. O., Melo, M. I. S. L, Cavalcanti, R. A. N., Bezerra, L. S., Chaves-Markman, Â. V., & Lima, S. G., (2019). Prevalence of depression and anxiety and their association with cardiovascular risk factors in Northeast Brasil primary care

- patients. *Revista Da Associação Médica Brasileira*, 65(6), 801–809. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9282.65.6.801>
- Sawaia, B. (2001). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: Sawaia, Bader. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (2a ed., pp 96-118). Petrópolis: Vozes.
- Silva, A. P. P. & César, M. de J. (2024). Resistências e proibicionismos na saúde mental: o uso de drogas como o bicho de sete cabeças da atualidade. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, 22 (54), 10-16. Rio de Janeiro: UERJ/Faculdade de Serviço Social, Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/index>
- Silva, M. A. P., Giacon-Arruda, B. C. C., Marcheti, P. M., Teston, E. F., Veivenberg, C. G., & Lima, H. de P.. (2022). Bordando saúde: percepção de mulheres em sofrimento psíquico sobre a vivência em uma oficina terapêutica. *Cogitare Enfermagem*, 27, e81933. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/ce.v27i0.81933>
- Solón P. (2019). Bem Viver. In: Solón, P. (Org) (2019). *Alternativas sistêmicas: Bem Viver, descrescimentos, comuns, direitos da Mãe Terra e desglobalização* (pp.19-63). São Paulo: Elefante.
- Sousa, L. F. C. (2020). A arte como produção subjetiva por um olhar esquizoanalítico. *Revista Páginas de Filosofia*, 9(2) 165-179. Disponível em: <https://doi.org/10.15603/2175-7747/pf.v9n2p165-179>

Spinoza (2018). *Ética* (2a. ed). Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Torres, R. B. (2020). *O seguro defeso é um gasto ineficiente para quem?* Le Monde Diplomatique. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/o-seguro-defeso-e-um-gasto-ineficiente-para-quem/>

Vergès, F. (2021). *Uma teoria feminista*. São Paulo: Ubu Editora.

Vieira, N. C., Reis M. H. A. & Santana J. D. (2021). Relações de gênero e de geração nas atividades de pesca artesanal dos/as jovens pescadores/as da Amazônia Oriental, Brasil. *Caderno de Gênero e Tecnologia*. v. 14, n. 43, p. 22-36.